

Matheus Felisberto Costa

**A relação entre trabalho e educação no âmbito do
PRONATEC**

Trabalho de Conclusão de
Licenciatura submetido ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção do grau de Licenciado em
Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr.
Amurabi Pereira de Oliveira.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Matheus Felisberto
A relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC
/ Matheus Felisberto Costa ; orientador, Amurabi Pereira
de Oliveira - Florianópolis, SC, 2016.
105 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Políticas públicas. 3. PRONATEC.
4. educação profissional e tecnológica. 5. sociologia do
trabalho. I. Oliveira, Amurabi Pereira de. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Matheus Felisberto Costa

**A relação entre trabalho e educação no âmbito do
PRONATEC**

Este Trabalho de Conclusão de Licenciatura foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais da UFSC.

Florianópolis, 1º de julho de 2016.

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso
Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Banca examinadora:

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Ma. Jocemara Triches
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Drª. Nise Maria Tavares Jinkings
Universidade Federal de Santa Catarina

*A minha mãe Adriana e ao meu irmãozinho Miguel, pelo carinho,
apoio e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Adriana, pelo apoio, compreensão e o auxílio em todas as horas, em especial pela crença inabalável na minha perseverança que se materializará no meu diploma. Ao meu pai, Jeferson, que mesmo timidamente, demonstrou seu apoio. A minha avó, Lenira, que desde o primeiro passo na graduação esteve presente e fez o possível para que esse momento se concretizasse. Ao meu avô, Alcides, vulgo “Berga”, que mesmo com seus poucos anos de estudos sempre manteve seu apoio. A minha única tia, Carla, pelo apoio e crença na minha vitória. Ao meu avô, Eclair (in memoriam), vulgo “Teté”, que mesmo sem uma formação escolar, sempre manteve sabedoria e ternura. A minha avó, Maria de Lourdes (in memoriam), pelo amor e pela dedicação incondicional em sua passagem pela terra e que se estivesse aqui estaria imensamente orgulhosa: “Udi”, a você saudades! A meu irmãozinho, Miguel, minha gratidão pela compreensão da ausência que se fez nesses anos. “Miguelito”, meu afetuoso abraço.

A todos e a todas que contribuíram de alguma forma para a concretização desse trabalho, aos amigos e amigas professores e professoras do Instituto Estadual de Educação, aos amigos e colegas da UFSC, em especial ao Jeferson, colega e sábio ouvidor das pedras no caminho, a galera da Casa Rosa - Alex, Christian, Juliana, Lilian e Leonardo, por diversas vezes ouvir os meus projetos.

Aos (as) meus (minhas) inúmeros (as) professores e professoras, anônimos (as), de toda a minha trajetória escolar, da educação básica à universidade, que contribuíram de alguma forma para este momento. Em especial ao meu orientador, Amurabi, pela dedicação, paciência e pré-disposição. A Jocemara, pela atenção a esse trabalho e os conselhos nos últimos tempos.

A Educação de que precisamos há de ser a que liberte pela conscientização. A que comunica e não a que faz comunicados.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apontar as questões pertinentes à relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Para tal feito, faço um apanhado geral contextualizando de maneira crítica a situação da classe trabalhadora no mundo do trabalho, considerando o cenário da globalização neoliberal, os desdobramentos das políticas sociais voltadas à educação profissional e tecnológica dos últimos 50 anos no Brasil. Utilizando documentos oficiais e autores de perspectivas críticas, para assim tratar das questões pertinentes ao programa, problematizando avanços, retrocessos e alternativas frente à nítida proposta de mercantilização da educação, naquele que é considerado o maior programa de acesso ao ensino técnico da história do Brasil.

Palavras-chave: Políticas públicas; PRONATEC; educação profissional e tecnológica; trabalho e educação; sociologia do trabalho.

ABSTRACT

The aim of this work is to point out the issues regarding the relation between work and education in the scope of PRONATEC (National Program of Access to Technical Learning and Employment). In order to do that, I give a contextualized general overview, on a critical way, about the situation of the working class in the working world, considering the scene of the neoliberal globalization, the unfolding of the social policies for the professional and technological education during the last 50 years in Brazil. Using official documents and authors from critical perspectives, thus, dealing with the pertinent issues to the program, problematizing advances, retrocessions and alternatives facing the clear proposal of commodification of education, on what is considered the biggest program of technical teaching access in the history of Brazil.

Key words: Public politics; PRONATEC; professional and technological education; work and education; sociology of work.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETFs - Escolas Técnicas Federais

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PNE – Plano Nacional de Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UTFPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1: Dimensões da realidade contemporânea	23
1.1 O trabalho no capitalismo neoliberal.....	23
1.2 A educação no capitalismo neoliberal	33
1.2.1 O que são políticas públicas....	34
1.2.2 O contexto educacional durante a Ditadura Militar (1964-1985).....	35
1.2.3 O contexto educacional no período da sexta república brasileira (1985-)	37
Capítulo 2: Uma síntese da trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as considerações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).....	48
2.1 Breve percurso na trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	48
2.2 Considerações acerca do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.....	53
2.3 A relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC.....	57
2.4 Educação e trabalho numa perspectiva crítica	57
2.5 O PRONATEC tal como ele é.....	63
2.6 O PRONATEC tal como ele poderia ser	71
2.7 Rompimento do trabalho com a lógica do capital	73
2.8 PRONATEC: uma reflexão inacabada	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	81
ANEXO.....	89

INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento do meu trabalho me pautei, inicialmente, em desvendar as relações contemporâneas do mundo do trabalho e das políticas sociais para a educação enquanto formação escolar, em especial a níveis de formação técnica e profissional, no contexto do capitalismo neoliberal. Para tal discussão, se faz necessário um apanhado histórico-social dessas relações no bojo da reestruturação produtiva desde meados dos anos 70 do século passado. Resgatando a realidade social, bem como definindo conceitos vinculados ao mundo do trabalho e da educação, e em especial, as políticas sociais. Por isso, o presente trabalho trata para além da relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC, da relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista, compreendendo que é intrínseca e indissociável no contexto da formação de níveis técnico e profissional.

Para a construção desse trabalho será utilizado uma abordagem marxista. Partindo do princípio que a realidade social concreta é construída social e economicamente, e que foi condicionada ao percurso das sociedades humanas as influências diretas e indiretas dos interesses da classe social dominante, compreendo o trabalho, o emprego e a educação sendo construções sociais historicamente produzidas, que, contudo, na sociedade capitalista contemporânea acumulam outras condições e contradições daquelas vistas no passado histórico.

No âmbito das políticas sociais voltadas a agraciar a qualificação técnica e profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) se propõe a ampliar o nível de formação escolar, bem como possibilitar o ingresso/reingresso ao mercado de trabalho. Neste trabalho, proponho analisar criticamente os rumos atuais do mundo do trabalho, principalmente no contexto da educação profissional e técnica com o intuito de formar para o mercado de trabalho. Para tal objetivo, realizei um breve apanhado histórico sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as diversas perspectivas das políticas educacionais dos períodos históricos até a atualidade, posteriormente analisei o PRONATEC e as suas dimensões, no campo educacional e no mundo do trabalho. Para tal análise, me proponho a utilizar autores que trabalham com

uma abordagem crítica, fundamentado na perspectiva marxista. Alguns dos pontos abordados durante o trabalho serão transcritos nos parágrafos a seguir.

No capítulo um tratarei sobre o trabalho. O trabalho se coloca na sociedade segundo Marx (Apud: NEVES e PRONKO, 2008, p.21) “como um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza”. Dessa maneira se coloca como uma relação dialética entre o homem e a natureza. O trabalho como princípio de alteração da natureza e necessidade de reprodução da espécie humana é subjugado à lógica capitalista pela apropriação da força de trabalho, e por meio da mais-valia entre os trabalhadores assalariados materializa a exploração da classe-que-vive-do-trabalho conforme definição dessa categoria por Antunes (2010). Com isso, a observação que se faz desde a industrialização das nações é a constante precarização dessa relação das mais inúmeras maneiras.

Ainda sobre a questão do trabalho, no tocante da globalização neoliberal desde meados do século XX, o que ocorre é a contínua desapropriação do trabalhador de suas condições básicas de trabalho enquanto sujeito de direitos e deveres. As lutas sociais dos sindicatos e entidades de classe nos séculos XVIII e XIX para garantias básicas de dignidade a classe trabalhadora, foram, em muitas situações, no presente, substituídas pela contínua defesa dos direitos até então conquistados, travada a batalha com as entidades patronais que contavam muitas vezes com a grande maioria dos atores políticos que representam a população no Estado (ALVES, 2009). Ora, mesmo se observando a evolução do desenvolvimento tecnológico dos parques produtivos das últimas décadas, as condições de trabalho em grande medida foram precarizadas, as subcontratações aumentaram inegavelmente, a diminuição dos salários veio acompanhada diversas vezes com o aumento do tempo de trabalho ou ao ritmo da produção. A terceirização segue sendo um grande contrassenso no período contemporâneo, a alienação das relações de trabalho a terceiros significa o fim da vinculação empregatícia, já que o trabalhador é contratado por uma empresa e presta serviço a outra. O desmantelamento das relações sindicais com o fim dos sindicatos por categorias,

fragmentando e desconstruindo a luta da classe trabalhadora por avanços. Em relação à terceirização Antunes¹ afirma que “como algo que para a classe trabalhadora tem o significado, guardadas as diferenças do tempo histórico, ao retorno da “escravidão”.”

No que tange a educação escolar, analisada no capítulo um, em especial a educação profissional e técnica, o que se sobressai em última instância na era da globalização neoliberal e materializado nas políticas sociais voltada a questão, são os interesses do grande capital. A partir do que trato ao longo do trabalho, as políticas sociais da educação profissional e tecnológica (EPT) acabam por ser um meio paliativo e compensatório pela falta de estrutura da educação básica e em meio às necessidades da produção tanto da indústria, quanto comércio ou setor de serviços em expansão no Brasil desde final dos anos de 1990.

Ainda sobre a questão escolar, com o agravamento do processo de mercantilização da educação, observou-se que os governos ditatoriais dos anos 1960-1980 e os governos após a instauração da sexta república, denominados neoliberais, em especial dos anos 90 do século XX, representaram o abandono definitivo do projeto de EPT em que o Estado seja o único fomentador e promotor dessa formação. Conforme é abordado ao longo do trabalho, na história do século XX do Brasil a EPT ficou reservada consideravelmente ao setor privado, em grande parte ao Sistema S. Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) houve uma participação maior da população nesse tipo de formação dada à profissionalização compulsória instituída pelos militares, contudo, a Rede Federal de EPT manteve-se substancialmente nas mesmas estruturas físicas e pessoal, vivenciando muitas vezes o sucateamento amparado pelos esforços contra a sua expansão.

Já os governos neoliberais escancaram o sucateamento da Rede Federal de EPT, por meio da defasagem de estruturas físicas, falta de financiamento a pesquisa e discrepância da redução do corpo funcional sem substituição. Os governos progressistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016) avançaram significativamente quanto à retomada

¹ Ricardo Antunes: Terceirização é a escravidão do século 21.

Disponível em:

<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/ricardo-antunes/>.

Acesso em: 15 de junho de 2016.

de um projeto de desenvolvimento nacional que em certo ponto considera o crescimento econômico vinculado ao crescimento social (BOITO JR., 2012), também fundamentado no desenvolvimento da educação, e quanto a esta última, os seus governos foram responsáveis pela reestruturação, expansão e interiorização da Rede Federal de EPT.

Quanto ao percurso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica analisado no capítulo dois, é interessante se colocar que no primeiro mandato de Lula da Silva o programa Brasil Profissionalizado juntamente com a transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFs) materializaram o primeiro esforço para democratizar o acesso ao ensino técnico e profissional, contudo, o setor privado ainda seguia (e segue) ofertando a maior parte das vagas desse tipo de formação. Já a partir de 2011 no mandato de Dilma Rousseff é lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que visava ampliar o acesso a essa formação e encaminhar os sujeitos ao mercado de trabalho.

Novamente os interesses privados e mercadológicos sobressaem sobre os interesses coletivos e públicos na EPT. Dado o fato de que a justificativa de sua criação ser as demandas dos setores produtivos – comércio, indústria, serviços e que a maior parte das vagas do programa reservaram-se ao setor privado e o Sistema S. Em contraponto a projeção de democratização de acesso ao ensino técnico e profissionalizante, bem como a possibilidade de ingresso e reingresso ao mercado de trabalho, também se faz presente na reflexão acerca da relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC, tratando das contradições subscritas e os limites circunstanciais, conforme análise no capítulo dois. Para tais análises, serão utilizados trabalhos de autores como Antunes, Frigotto, Gramsci, Marx, Neves, Shiroma, Evangelista, dentre outros, bem como documentos oficiais relacionados ao PRONATEC, como a Lei 12.513/2011 que o institui, cadernos do IPEA, manual de organização do programa, entre outros.

Capítulo 1: Dimensões da realidade contemporânea

Esse capítulo tem o objetivo de contextualizar na teoria e prática as perspectivas e concepções acerca da relação entre trabalho e educação no mundo contemporâneo. É imprescindível contextualizar historicamente e socialmente as transformações do mundo do trabalho e das políticas educacionais, aqui, em especial, acerca da educação profissional e tecnológica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX sob a égide do capitalismo monopolista neoliberal.

1.1 O trabalho no capitalismo neoliberal

Nesse capítulo pretendo traçar conceitos gerais acerca do trabalho na sociedade capitalista, tal como levantar questões pertinentes a reestruturação produtiva provocada em escala global a partir de 1970. Com um exercício de síntese, apresentarei as discussões sobre as questões acima, sendo que não será possível um aprofundamento maior dessas questões havendo visto o foco do trabalho.

O trabalho é algo vital para a sobrevivência e manutenção de qualquer sociedade. Contudo, na sociedade capitalista ele toma outras faces e subverte-se a outras lógicas diferentes das sociedades existentes até então.

Acerca do trabalho, para Marx em linhas gerais (MARX, 2012), está vinculado o intercâmbio material, onde o ser humano emprega sua ação para a modificação da natureza, ao passo que altera sua própria natureza.

Ao longo da história da humanidade existiram inúmeras organizações dos sistemas de produções. Na antiguidade, grande parte dos trabalhadores em Roma e nas cidades-estado gregas estavam vinculados a relações de regime de escravidão, sendo o primeiro exemplo que segundo coloca Marx, demonstra os antagonismos das sociedades de classes e com isso se consolida sua perspectiva de que a sociedade é realmente uma sociedade de classes, pois a sua ordem social defende os interesses da classe dominante: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”. (MARX, ENGELS, 2011, p. 45).

O sistema anterior ao capitalismo, o feudalismo, manteve abrupta a sistemática forma de organização da produção centrada na exploração da força de trabalho servil. Nesse sistema, a hierarquia social era muito mais inflexível do que o modelo de produção posterior, mantendo uma severa organização social pautada tradição e na propriedade privada dos meios de produção, que nesse caso era hegemonicamente a terra.

O sistema capitalista traz consigo profundas transformações no mundo do trabalho. A superação da cooperação simples significou o fim da detenção do artesão aos meios de produção e também a quebra do trabalho individualizado. Para Tomazi, (2013, p. 52): “o processo de cooperação simples, era mantida a hierarquia da produção artesanal entre o mestre e o aprendiz, e o artesão desenvolvia todo o processo produtivo, do molde ao acabamento”.

As grandes transformações capitalistas como a invenção da máquina a vapor compuseram profundas mudanças nas relações trabalhistas e sociais, implantando a lógica da produção em série. A fábrica capitalista passou a ser gerenciada como um organismo vivo, implantando assim o processo de manufatura, colocando a lógica do trabalho coletivo e, consolidando a especialização em apenas determinada função, separando os trabalhadores dos meios de produção. A partir daí, os mesmos não deteriam mais os meios para produzir, e sim, a força de trabalho, que agora seria vendida ao capitalista em troca de um salário.

Ainda sobre a questão do trabalho em Marx, o autor considera que existem duas formas concretas do trabalho, o trabalho simples, onde “todo homem comum, sem educação especial, possui seu organismo” (MARX, 2012, p. 51), e por outro lado o trabalho complexo, “que por sua vez se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo”. (MARX, 1988; apud: NEVES; PRONKO, 2008, p.22).

A partir do final do século XIX e início do XX, as ideias de Frederick Taylor impulsionaram o desenvolvimento das fábricas automobilísticas da Ford em consonância com as ideias de Henry Ford, implantando uma lógica de produção em série padronizada, exteriorização dos custos, otimização dos lucros, especialização do trabalho, e o ponto inesquecível, as linhas de montagem por meio das esteiras, impossibilitando o trabalhador

de se locomover de seu posto, em função de outro trabalhador estar a sua frente desenvolvendo outra atividade que dependia diretamente do primeiro trabalhador para o funcionamento da sua.

Com a crise do capitalismo em meados da década de 1970 e 1980, o capitalismo passa por uma reestruturação sistemática. A hegemonia do capital financeiro toma forma no capitalismo monopolista², o poder das instituições financeiras - bancos, bolsas de valores, instituições de financiamento internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), consolidam seu poder sobre os Estados nacionais.

Ainda sobre a crise dos anos 1970 e 1980, Antunes (2010, p.23) coloca que:

Foram intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que *a classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise do século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na *subjetividade* e, no mínimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.

Para tal, a definição que ANTUNES utiliza para classe-que-vive-do-trabalho é de que (2010, p. 117; apud: ANTUNES, 2002): “inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário”.

A crise cíclica do capital não alterou apenas as relações de trabalho, mas profundamente as estruturas que permeiam o mundo do trabalho, ou seja, essas mudanças implicaram em novos dilemas como a perda da estabilidade, que gerou por sua vez um transtorno psicossocial nesses trabalhadores, bem como a eliminação de milhares de postos de trabalho em cargos e

² O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados. Criam-se, portanto, os monopólios. O surgimento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado *estágio superior do capitalismo*, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista mundo-afora (SEVES, 2013, p. 13-14).

ocupações consideradas obsoletas na era da informação (ANTUNES, 2010).

Com o fim da hegemonia do fordismo, que se caracteriza:

[...] pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração e execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-mas-sa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões [...] (ANTUNES, 2010, p.24-25).

Segundo Thomas Gounet (1999) o fordismo se coloca a partir de cinco questões fundamentais para o seu desenvolvimento: 1. Com a intenção de ampliar o consumo, a Ford mira na produção em massa. 2. O parcelamento das tarefas nas indústrias fordistas é persistente, o operário tem na sua função, o movimento repetitivo. 3. A esteira marca a linha de produção, os trabalhadores são colocados lado a lado nesse processo, a movimentação é controlada pela direção da empresa. 4. A Ford inicia um processo de padronização das peças necessárias a produção. 5. A automatização da produção, que fez com que caísse pela metade o tempo necessário para se produzir um veículo.

O modelo fordista manteve-se hegemônico até meados dos anos 50 e 60 do século XX, quando a economia capitalista observou a necessidade de expansão dos lucros retraídos pelas políticas de bem-estar social dos Estados nacionais. Uma série de acontecimentos marcam esse período, as crises econômicas vivenciadas pelos países dão subsídio a “nova” econômica política a ser implementada, que seria marcada, sobretudo, pelo toyotismo.

Uma das grandes “inovações” instituídas pela lógica toyotista foi à especialização flexível. Antunes (2010, p.25) retomando Sabel e Piore, coloca que

a especialização flexível, como uma experiência concreta, tendo possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, “artesaniais”.

Ainda sobre essa questão, o toyotismo rompe com a produção homogênea em série, quebrando com a lógica de padronização e produção em massa, e, “recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, se reivindicaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista” (ANTUNES, 2010, p.25).

A acumulação flexível proporciona aos capitalistas oportunidades de mudanças no sistema produtivo que visam em suma, ampliar ainda mais a exploração do trabalho e por fim, maximizar os lucros. Por meio do disciplinamento e controle do trabalho, mantendo a remuneração variável de acordo com a produção, projetos de “qualidade total”, isso dentro da lógica de mascarar a autoritária pressão pela produtividade cada vez mais acentuada (JINKINGS, 2002).

O processo de globalização do capital juntamente com as políticas neoliberais e a hegemonia do capital financeiro trouxeram bruscas mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas, principalmente no mundo do trabalho. Essas transformações ocasionaram em muitos países a quebra das economias nacionais, resultando na substituição das produções regionais pelas importações, na redução de barreiras comerciais, com o incentivo as importações, na derrubada de barreiras alfandegárias e a flexibilização de leis trabalhistas para atrair investimentos estrangeiros, sobretudo nos países periféricos.

As transformações implementadas com esses processos conduziram a classe trabalhadora a significativas mudanças nas suas funções enquanto empregados no sistema de produção capitalista. A automação da produção e o avanço das máquinas na era da tecnologia da informação refletiram na diminuição extrema dos postos de trabalho ao longo da escala de produção, tornando ainda mais acelerado o processo para a produção, exteriorizando ainda mais os gastos e aumentando significativamente os lucros.

A classe trabalhadora se vê ainda mais fragilizada com essas mudanças, tendo perdas reais em direitos e conquistas históricas de anos de lutas sociais. Como pontuei no parágrafo anterior, além da redução significativa de postos de trabalho na produção, com as alterações nas leis trabalhistas, o trabalhador é ainda mais explorado e mal pago em relação ao passado, tendo que muitas vezes ampliar a jornada de trabalho para ganhar o mesmo valor que ganhava anteriormente dedicando menos horas.

Um exemplo claro da precarização³ do trabalho na era da globalização neoliberal são as contratações parciais, temporárias terceirizadas e até mesmo a manutenção de relações trabalhistas análogas a escravidão. Conforme retoma Antunes (2010, p.57): “os trabalhadores temporários são os que não tem garantia no emprego, os parciais são integrados precariamente às empresas e os terceirizados são os ‘produtos’ da economia informal”. Dessa maneira, o pouco que restava da estabilidade trabalhista conquistada com greves e lutas sociais é dilacerada pelas diretrizes toyotistas e pela política neoliberal. Esses trabalhadores perderam não só a “garantia” do emprego formal, como a organização sindical e as garantias sociais.

Nesse contexto, a terceirização é um belo exemplo dos ataques da grande economia capitalista aos direitos dos trabalhadores. Fragmentando cada vez mais os trabalhadores assalariados, a terceirização impõe de maneira arbitrária, a despolitização dos trabalhadores que passa pelo desmantelamento dos sindicatos, uma vez que o funcionário terceirizado é contratado por uma empresa e presta serviços à outra. No âmbito das condições de trabalho, os resultados reais desse processo,

³ A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato, etc.) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho (ALVES, 2007) apud: ALVES (2009, p. 189-190).

conforme mostra a Gazeta do Povo⁴, considerando o estudo realizado pelo DIEESE e a CUT, são que oito em cada dez acidentes de trabalho no país, são de trabalhadores terceirizados, sem contar que um trabalhador terceirizado tem em média a remuneração inferior aos com vínculos direto, confirmando a plena precarização do trabalho e fragilização da classe trabalhadora.

O caráter multifuncional do trabalhador coloca as claras a implantação da polivalência dentro do exercício profissional, sobretudo nas fábricas capitalistas. A polivalência, por um lado, institui a desespecialização dos operários profissionais, onde, “esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho” (ANTUNES, 2010, p. 57). Deste modo, ao passo que o trabalhador passa conhecer as estruturas da fábrica, não recebe uma formação mais qualificada em determinada área.

Ainda nessa questão, o avanço da tecnologia corroborou para esse processo de polivalência do trabalho humano, resultando em dois fatores estratégicos para a nova divisão internacional do trabalho, o primeiro é a informatização da produção, que fez com que inúmeras ocupações fossem extintas e o segundo é novamente a desqualificação do trabalhador, onde o mesmo passou a exercer várias atividades sem uma qualificação especializada, condicionando a diminuição dos postos de trabalho e também perdendo ainda mais autonomia na produção (ANTUNES, 2010).

Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar “a formação de um segmento particular de ‘operários-técnicos’ de alta responsabilidade, portadores de

⁴ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/acidentes-de-trabalho-no-brasil/terceirizados-e-mais-vulneraveis.jpg>, acesso em 02 de abril de 2016.

características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. (ANTUNES, 2010, p. 57).

[...] Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e desqualifica em outros [...]. (ANTUNES, 2010, p. 58).

Quando analisado o PRONATEC ao longo dos próximos subcapítulos e capítulo, é possível perceber a forte relação do programa com o trabalho simples, conforme definição de Marx anteriormente, uma formação de nível profissional, em apenas 160h que substancialmente pode ser questionada quanto à eficácia de retorno ao mercado de trabalho.

Se por um lado a classe trabalhadora se encontra fragilizada pelos ataques neoliberais aos seus direitos e sua autonomia, os sindicatos por muitas vezes encontram-se atados, sem uma defesa precisa dos interesses dos trabalhadores e sem a pauta de superação de uma política econômica e social de natureza capitalista. Nesse sentido, Antunes afirma (2010, p.41):

O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para *além do capital*.

Portanto, as transformações do mundo do trabalho alteraram as relações até então dominantes, por meio dos elementos já apresentados anteriormente, como o trabalhador polivalente, a desqualificação e qualificação, a terceirização, dentre outros, as teses que compreendem que estamos próximos do fim da classe-que-vive-do-trabalho conforme denomina Antunes (2010) estão equivocadas, pois embora essas mudanças realmente tenham trazido novas configurações, as maneiras de exploração do capital se renovaram, bem como a diminuição dos

operários de fábricas, mineiros, bancários, etc, embora havendo um grande avanço no número de trabalhadores nos shoppings centers, call centers e telemarketing.

Ainda nessa questão, para Antunes (2010, p. 104) o trabalho passa por uma nova fase estrutural:

[...] estamos desafiados a compreender o que venho denominando a *nova polissemia* do trabalho, sua *nova morfologia*, isto é, sua *forma de ser* (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que abrange o operariado industrial e rural clássicos, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilização toyotizada, dos *novos modos de ser* do proletariado [...].

O desemprego é outra grande problemática do capitalismo atual. Os altos índices de desemprego das nações tem trazido preocupações aos governos dos Estados ao longo do globo, uma problemática que, ora, no passado afetava deliberadamente mais os países periféricos ou subdesenvolvidos, agora atinge também as grandes economias globais, países industrializados e desenvolvidos vem tendo que repensar suas políticas voltadas ao assunto.

O desemprego estrutural se tornou rotina. A informatização da produção eliminou definitivamente várias profissões e temporariamente mais uma centena. O que antes era necessário centenas de trabalhadores na produção, hoje basta algumas máquinas e um número reduzido de trabalhadores para exercer a mesma função. Conforme coloca Antunes (2010, p.47):

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e

fabril, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora.

Dessa maneira, o desemprego é algo necessário para a manutenção do status quo, o sistema capitalista necessita dessa organização, o exército industrial de reserva demonstra a classe trabalhadora a lógica perversa dessa sociedade.

No tocante do papel das mulheres, ao longo da história os movimentos feministas lutaram pela efetivação dos direitos sociais e a participação das mulheres na sociedade. Nos tempos de avanço do capitalismo industrial entre os séculos XVIII e XIX as trabalhadoras operárias ganhavam em média um salário menor para exercer as mesmas funções quando comparado com os homens. Todavia, mesmo havendo se passado mais de um século desse período, os problemas de gênero e de inferiorização das mulheres permanece.

Grande parte do corpo feminino de trabalhadores se depara com duas grandes responsabilidades diárias: o trabalho desempenhado no emprego remunerado que é necessário para a sobrevivência e o trabalho doméstico, onde desempenha uma função excepcional na manutenção da casa e muitas vezes o cuidado com os filhos, não mercantil, mas que contribui para a reprodução societal. (ANTUNES, 2010).

Outra questão a se ponderar é a atuação dos sindicatos na luta pelo enfrentamento das políticas capitalistas neoliberais. A expansão sem precedentes das reformas neoliberais a partir dos anos 70 do século XX tiveram como subsídio o endurecimento da legislação penal, enfrentamento direto dos movimentos sociais, e aí, sindicais, reprimindo e desmantelando as entidades de categorias da classe trabalhadora. Esse embate com os sindicatos e a imposição das reformas neoliberais tinha como objetivo libertar “o capital dos limites a ele imposto pelas atividades regulatórias do Estado” (JINKINGS, 2002, p. 4). Portanto, conforme pontuei nesse capítulo anteriormente, as mudanças conjunturais das quais os sindicatos foram submetidos acabaram por quase aniquilar as bandeiras de luta pelas reformas e/ou

superação do sistema, sendo que nessas novas greves foram restritas as empresas as quais os trabalhadores faziam parte, reduzindo a categoria como um todo, já que a reestruturação das entidades sindicais obrigou-lhes muitas vezes a pertencer a um sindicato por empresa e não mais por categoria como um todo (ALVES, 2009).

Já quanto à precarização do trabalho, podemos observá-la de diversas maneiras. Alves (2009) coloca que a precarização se dá em dois diferentes patamares, são eles - “experiência vivida” e a “experiência percebida”. Segundo Alves (2009) retomando Thompson (1963), a experiência percebida se dá a partir da percepção social dos sujeitos quanto à precarização da realidade material, ela se configura por meio das ideologias construídas pela sociedade capitalista. Já a experiência vivida é resultado das causas materiais e não dependem da consciência dos indivíduos.

Portanto, o que podemos observar é que o capitalismo em sua fase monopolista interligado a mundialização do capital e as políticas neoliberais, promove ainda mais a apropriação de mais-valia, e deixa ainda mais brechas para a acumulação flexível. O trabalho enquanto dispêndio necessário para a subsistência humana conforme pontua Marx, é subvertido a lógica de exploração do capital, sobretudo hoje com a mundialização do capital, onde inúmeras vezes as barreiras à superexploração de força de trabalho foram derrubadas pela flexibilização da legislação em diversos países, isto é, as empresas globais ganharam ainda mais espaço na tomada de decisões do Estado, influenciando na retirada de direitos sociais conquistados com muitos esforços pela classe trabalhadora (PRONKO; NEVES, 2008).

1.2 A educação no capitalismo neoliberal

Nesse tópico tratarei sobre a educação escolar, em especial o ensino técnico e profissionalizante e a educação básica de modo geral, as políticas sociais vinculadas a esta questão, frisando, sobretudo, o papel do Estado brasileiro no seu desenvolvimento ao longo das últimas seis décadas.

A educação enquanto processo de formação lecionada por instituições legais esteve vinculada ao longo da história aos

interesses da classe político-econômica dominante, bem como a preservação da memória social existente, e como instrumento de formação para o mercado de trabalho.

Assim como diversas esferas da sociedade civil e do Estado, a educação apresenta ao longo de sua história características diversas que advém da época e dos interesses dominantes. Dessa forma, a escola como espaço de construção do conhecimento, encara grandes antagonismos que espelham a divisão de classes no entorno da sociedade capitalista.

Num breve exercício de síntese, apresento as discussões sobre as questões acima, sendo que não será possível um aprofundamento dessas questões havendo visto o foco do trabalho.

1.2.1 O que são políticas públicas

Na discussão sobre esse tema é preciso compreender que as políticas públicas estão diretamente vinculadas ao Estado, que por sua vez, está vinculado a um determinado governo, por isso, são resultados de contextos históricos. (HÖFLING, 2001).

No âmbito dessa discussão, o Estado é concebido como “conjunto de instituições permanentes - como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo” (HÖFLING, 2001, p. 31). Contudo, para além dessa perspectiva mais administrativa sobre a instituição do Estado, para Marx (2011, p.47), trata-se do: “poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

O governo por sua vez é tratado por Höfling como sendo:
o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe a sociedade como um todo, [...] assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período [...]. (HÖFLING, p.31, 2001).

Sobre políticas públicas, HÖFLING (2001) coloca que elas: são entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de

programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Quando falamos de políticas sociais voltadas as questões educacionais, percebemos uma nítida secularização dessas questões no tocante de servir como alicerce a economia capitalista. As políticas sociais que vinculam educação e trabalho em inúmeras vezes estão revestidas de interesses dominantes para a própria ampliação da mais-valia:

Sendo as políticas sociais uma fração das políticas públicas, respondem, de um modo geral, a essa dupla determinação. De modo específico, essas políticas resultam tanto das necessidades estruturais de produção e reprodução da força de trabalho com vistas à viabilização de altas taxas de mais-valia e de exploração. (NEVES, 2005, p.15).

Quanto a essa questão, o desenvolvimento das políticas educacionais estão relacionadas com o nível de participação popular nos governos democráticos e no seio da sociedade civil, bem como com o nível de desenvolvimento capitalista das nações, conforme coloca Neves (2005, p.15):

[...] o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados - ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais -, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. [...].

1.2.2 O contexto educacional durante a Ditadura Militar (1964-1985)

A seleta tentativa de implantar transformações na educação brasileira durante o governo João Goulart, é interrompida pelo vertiginoso golpe de Estado que desconstruiu a breve experiência de um governo democrático, instaurando um

regime autoritário e violento, empregando muitas vezes a força bruta por meio da violência, torturas, prisões arbitrárias, etc, para a manutenção do regime instituído.

Nesse sentido, o governo militar logo que se instalou no aparelho do Estado iniciou uma série de medidas para mudanças fundamentadas em alinhar ainda mais os vínculos da educação com o mundo do trabalho.

No âmbito das relações sociais o governo da Ditadura civil-militar promoveu a censura aos meios de comunicação, eliminou o debate em torno do socialismo e silenciou as discussões no seio da sociedade civil. A partir do que colocam Shiroma, Moraes e Evangelista retomando Roberto Schwarz (2002, p.32):

(o governo) a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo - abafou sem hesitação quaisquer obstáculos que no âmbito da sociedade civil pudessem perturbar o processo de adaptação econômica e política que se impunha ao país.

No campo educacional, as reformas implantadas levaram em consideração instituições internacionais, principalmente estadunidenses que prestavam assessoria e consultoria ao governo brasileiro, e dentro do país, o aconselhamento era realizado pelos setores mais conservadores como o empresariado da indústria que financiava e apoiava o novo regime. Nesse clima, é editado *A educação que nos convém (1969)*, “formulando a síntese das aspirações de empresários e intelectuais aliados do regime sobre a educação”. (SHIROMA; MORAES, EVANGELISTA, 2002, p. 33).

O governo da Ditadura fez por decretos inúmeras mudanças significativas a interesse de quem estava no poder. Decretos esses que alteraram profundamente a organização dos sistemas de ensino (infantil, educação básica, e ensino superior) baseando-se em assessorias de órgãos internacionais e em inúmeras vezes em diretrizes econômicas ditadas para o desenvolvimento capitalista do país, sem levar em consideração as questões pertinentes à realidade educacional brasileira.

A Lei 5.540/68 consolidou as mudanças que o regime julgava necessárias para a manutenção e controle sobre as universidades. Por um lado a lei instituiu a expulsão,

aposentadoria compulsória para os docentes amparada pelo Ato Institucional nº 5, a estrutural departamental, o ciclo básico e outro profissional nos cursos de graduação (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2002). Por outro lado, conforme retomam as autoras lembrando Germano:

[...] contrariamente, ao mesmo tempo em que o Estado exercia o mais severo controle político-ideológico na educação possibilitava, no âmbito universitário, o exercício da crítica social e política não somente ao regime político vigente no país, como também ao próprio capitalismo. [...] (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2002, p.38).

A Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982 reafirmou os dizeres da lei 5.592/71 quanto à necessidade de profissionalização do ensino de 2º Grau, havendo visto que essa legislação visava inserir rapidamente os sujeitos formados nesse nível no mercado de trabalho, reafirmando assim a lógica de reservar o ensino superior para uma seleta parcela da sociedade.

A ausência das garantias constitucionais do Estado democrático de direito acabaram por fazer da educação pública (básica e superior) refém das políticas de fragilização e precarização do ensino público. Se por um lado o governo militar incentivava a profissionalização do 2º Grau, as sucessivas aberturas para a iniciativa privada marcaram a intensa expansão do ensino superior privado e a estagnação do ensino superior público. Os projetos conservadores de currículos resultaram na reafirmação da exclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia como obrigatórias na educação básica, introduzindo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, disciplinas essas que acabavam por ser o processo doutrinário do regime dentro dos estabelecimentos de ensino.

1.2.3 O contexto educacional no período da sexta república brasileira (1985-)

A sexta república brasileira nasceu de um parto da Ditadura, foi marcada pela manutenção das forças dominantes e pela política de conciliação. A transição transada construiu a ideia de uma sociedade plenamente democrática, porém, de fato, ela

nunca foi plenamente democrática. As eleições indiretas demonstraram o quão conservadora foi essa transição, onde, a burguesia seguia dominando as diretrizes políticas do Estado brasileiro enquanto a classe trabalhadora continuava excluída dessas decisões (FERNANDES, 1986).

Contudo, no período que sucede a Ditadura no Brasil, os movimentos sociais, sindicais, populares, de associações, tiveram grande participação política no âmbito da sociedade civil na luta pela educação pública, gratuita, de qualidade e para todos. Além disso, houve uma intensa pressão para a manutenção de direitos historicamente conquistados e a ferrenha luta para a conquista de outros em favor de grandes parcelas esquecidas da população, e muitas vezes renegadas ao banquete de prioridades do Estado brasileiro.

Não obstante a educação escolar, podemos compreender que a educação é um processo contínuo e duradouro que permeia todos os espaços que nos cerceiam durante toda a vida. A educação também é instrumento de conscientização política, e pode se dar no âmbito dos movimentos sociais, populares, partidos políticos e associações em geral.

No âmbito dessas questões, podemos destacar a efetiva participação social e política desses organismos da sociedade civil e de setores da esquerda no parlamento na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, na construção da Constituição Federal de 1988, onde estava ameaçado esse direito constitucional pelos aspirantes neoliberais que defendiam a privatização da educação pública.

O processo de desenvolvimento educacional contemporâneo esteve fortemente vinculado a democratização do Estado e da sociedade e, logicamente, ao desenvolvimento urbano-industrial do país:

O ritmo e a natureza assumidos pelo desenvolvimento do nosso sistema educacional, neste século, foram delimitados pelas manifestações concretas do binômio industrialismo/democracia, que vieram a se constituir em marcos delineadores da excludência e da discriminação da educação escolar brasileira. (NEVES, 2005, p. 26).

Os velhos paradigmas estruturais da educação para formação de força de trabalho operária do início do século XX, onde o modelo fordista de produção necessitava de força de trabalho simples para a produção industrial em larga escala, são desconstruídos ao decorrer desse século, chegando aos anos 1990 com outra dimensão extremamente diferente dos preceitos de anos atrás.

A mundialização do capital, a informatização da produção, as diretrizes neoliberais, somados a expansão do sistema toyotista fizeram que se revissem os parâmetros necessários a educação contemporânea. Os novos paradigmas da educação contemporânea, dentro da lógica capitalista, estão pautados nos saberes necessários para o exercício da cidadania, no domínio dos códigos de conduta, linguagem, das tecnologias, etc. Entretanto, dentro de uma sociedade capitalista, o capitalismo é um impeditivo para o desenvolvimento da cidadania (DUARTE, 2010).

Embora o governo brasileiro tenha tomado algumas medidas para a erradicação do analfabetismo, essa questão ainda era uma grande problemática que persistia no país. Mesmo com o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) durante a Ditadura e as políticas sociais nesse sentido a partir da sexta república, escolarização e renda ainda eram grandes agravantes ao desenvolvimento do Brasil, havendo visto que ainda hoje a taxa média de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos é de 8,3% segundo amostragem realizada pelo IBGE em 2014⁵.

No tocante dessas mudanças estruturais ao final do século XX, a partir de 1990 tomam corpo as diretrizes neoliberais com o governo de Fernando Collor (1990-1992). Sobre o neoliberalismo, Ianni (2004, p. 313-314) afirma que:

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, compreendendo a produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização

⁵ Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em 09 de abril de 2016.

e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade; compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a experimentar-se o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado [...]. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isso baseado no pressuposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global, ao mesmo tempo que shopping center global e disneylândia global.

Dando ênfase aos novos paradigmas da educação na era global, o governo Collor de tendência nitidamente neoliberal, instituiu a construção de um consenso de que a educação brasileira necessitava de mudanças para acompanhar as transformações que vinham ocorrendo no mundo do trabalho e na economia mundial, esse consenso passou pelas discussões do próprio MEC e sendo respaldado pela Conferência Mundial da Educação para Todos em 1990.

Nessa Conferência realizada na Tailândia participaram 155 países ao longo do globo terrestre, recebendo financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial. As principais questões levantadas foram a erradicação do analfabetismo e a educação básica de qualidade. O Brasil sendo um dos nove países participantes com a maior taxa de analfabetismo tomou o centro das atenções. Na finalização da Conferência, os países participantes, principalmente os nove, assinaram um termo e se comprometeram a tomar medidas políticas para a redução de fato do analfabetismo e garantia da conclusão da educação básica, entretanto, naquele período, se compreendia a educação básica sendo apenas o ensino fundamental, mantendo excluído da preocupação o ensino médio. Além disso, essas diretrizes aprovadas incorporaram as necessidades conjunturais do mercado de trabalho, o que resultou no montante com a ampliação do financiamento apenas do ensino fundamental, mantendo uma política de conciliação de classe e do consenso. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Além de focar apenas na universalização do ensino fundamental, ou seja, excluir a priori a preocupação da inserção no ensino médio, as diretrizes fixadas pela Conferência deixavam claro que a formação se dava de acordo com as necessidades dos sujeitos que provinham de classes sociais diferentes, nesse sentido, não se colocava a perspectiva de uma formação integral, de qualidade, para que esses sujeitos vindos de classes subalternas tivessem condições educacionais semelhantes dos sujeitos vindos de classes mais abastadas.

Durante a década de 1990 a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) a qual é vinculada a (ONU) “propôs uma série de medidas para a urgente necessidade de implementação das mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva em curso” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p.62-63).

A CEPAL compreendia que a construção de uma cidadania moderna e da competitividade passava pela reestruturação do sistema produtivo e a reforma do sistema escolar. Sendo necessária a universalização do ensino fundamental, para que as populações aprendessem os códigos da modernidade (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2002). Definia os códigos da modernidade como sendo “o conjunto de conhecimentos e destrezas necessários para participar da vida

pública e desenvolver-se produtivamente na sociedade moderna”. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 64).

O Banco Mundial também teve papel ativo na desconstrução da função do Estado enquanto instituição de forte intervenção no campo educacional, sendo que também apoiou as diretrizes que se assemelhavam na CEPAL e na Conferência. Havia um forte interesse na venda e execução de projetos neoliberais para a educação das nações, na construção dos chamados saberes necessários para a vida na sociedade moderna e no capitalismo globalizado, construindo a partir daí a lógica da meritocracia.

Os principais focos da política se repetiam: a erradicação do analfabetismo absoluto e a universalização do ensino fundamental. Para que as nações alcançassem essas necessidades, haveria financiamento da instituição. Em contrapartida se colocavam em xeque dois nítidos interesses: os juros que renderiam desses empréstimos e as transformações conjunturais dessas nações na era da globalização neoliberal.

O chamado “ajuste de caridade”, conforme coloca Marília Fonseca (apud SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002) do Banco Mundial se dava em decorrência dos milhares de analfabetos absolutos existentes e da lucratividade que o setor educacional poderia trazer, vale lembrar que a instituição foi copatrocinadora da Conferência Internacional de Educação Para todos em 1990. Segundo o BM:

Justifica o financiamento com fundos públicos para o nível básico, com maior atenção à equidade, ao atendimento às meninas, aos pobres, às minorias linguísticas e étnicas e a outros grupos desfavorecidos. No que tange ao ensino superior, propõe a partilha de custos com os estudantes e suas famílias. (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2002, p. 73-74).

Desse modo, podemos observar o claro interesse na universalização do ensino fundamental para a inserção no mercado de trabalho e a exclusão de acesso ao ensino superior, ao passo que defende a privatização do ensino superior público a partir da nítida defesa dos projetos neoliberais de autonomia. De fato, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002) de caráter nitidamente neoliberal, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional incentivaram por diversas vezes mudanças estruturais nas Instituições Federais de Ensino Superior. Essas medidas tinham por objetivo incrementar a mercantilização e privatização dessas instituições (LEHER, 2003). Portanto, conforme estabelece Leher (2003, p.8): “em essência, o Banco determina que não cabe, na América Latina, o modelo europeu de universidade: estatal, autônoma, pública, gratuita e baseada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão”. Porém, por pressão dos setores de esquerda no congresso, juntamente aos movimentos sociais, estudantes e sindicais se conseguiu evitar isso.

A década de 1990 foi marcada pela construção do consenso acerca da transformação da educação pautada na modernização (mesmo que em grande medida se mantenha conservadora) das relações de trabalho, nas novas necessidades da vida em sociedade e da inserção na era da tecnologia. Os discursos aflorados dos governantes vão em direção da valorização da educação, investimentos no setor, qualificação do professor, modernização em infraestrutura, dentre outros. Contudo, a prática pareceu não acompanhar o visionário discurso de qualidade no setor. FHC durante seu mandato insistia no discurso da necessidade de projetos advindos do Estado e de setores da sociedade civil para o campo educacional visando a sua melhoria em linhas gerais, entretanto, mantinha-se firme no argumento de que o protagonismo era das comunidades, tornando o Estado ator secundário na promoção dessas questões. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Ainda quanto à situação do ensino médio, ora renegado como obrigatório na Constituição Federal de 1988, e posteriormente driblado pela Conferência Internacional de Educação para Todos, se manteve praticamente excluído das preocupações educacionais dos governos federais da década de 1990, refletindo na ausência de políticas públicas para a questão. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi um avanço do ponto de vista educacional, mas também relatava a nítida exclusão do ensino médio das necessidades imediatas do Estado brasileiro. Segundo o MEC, o FUNDEF é:

O Fundo de Manutenção e
Desenvolvimento do Ensino Fundamental

e de Valorização do Magistério – FUNDEF tem como foco o ensino fundamental público, como o mais representativo segmento da educação básica oferecida pelos Estados e Municípios brasileiros. Seu objetivo é promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa desse nível de ensino, particularmente, no que tange à valorização dos profissionais do magistério em efetivo exercício (BRASIL, 2004, p. 5).

Com as mudanças implementadas no ensino médio com a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 (BRASIL, 1988; 1996), essa modalidade do ensino passou por uma grande reestruturação. O que acabou resultando na manutenção de uma grade curricular comum e outra diversificada focada na profissionalização na educação pública e no ingresso no ensino superior na educação privada. Demonstrando a disparidade entre a formação do setor público e do setor privado e não levando em consideração o direito dos sujeitos formados pela escola pública de ingressar no ensino superior.

Essas diretrizes na prática acabaram por resultar que a maior parte dos estudantes universitários das instituições públicas de ensino superior eram oriundos de escolas privadas. Reafirmando a dualidade entre a escola para o pobre e a escola para o rico, uma para a formação de trabalhadores assalariados, a outra para formação de dirigentes da classe dominante:

Embora formalmente não seja impedido o ingresso de nenhum concluinte do ensino médio ao ensino superior, na prática, a organização dual do currículo restabelece, no final do século, a histórica separação entre escola para pobre e escola para rico (NEVES, 2008, p. 185).

Quanto à discussão da educação de nível técnico e profissional, ainda no primeiro mandato de FHC, o governo apresentou um projeto que acabava com a formação técnica de nível médio (PL 1.603/96). A qual sofreu grande resistência por parte dos CEFETs, das ETFs e de numerosas parcelas da sociedade civil. Como resultado dessa correlação de forças o governo mostrou astúcia e acabou saindo vitorioso nessa questão

com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e também com a alteração no texto constitucional de 1988 no que tange ao assunto (BRASIL, 1988; 1996).

Sobre a educação profissional, Neves (2008, p.196) coloca que:

A expressão educação profissional é de uso recente na nossa literatura educacional. Ao que hoje se chama de educação profissional se denominava anteriormente de formação técnico-profissional, ou seja, uma modalidade de educação voltada para conduzir permanentemente o trabalhador ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

No bojo da discussão acerca da LDB de 1996 (BRASIL, 1996), o projeto democrático de massas, deixou fora da Lei à educação profissional como formação a nível escolar, entretanto, o texto que tratou disso, de autoria de Jorge Hage, no capítulo XVI: “Da capacitação profissional”, artigo 119, reafirmou a hegemonia do setor privado na lógica da formação para o trabalhador, dando autonomia para serem desenvolvidas formações, cursos, entre outros, pelo setor público, sobretudo abundantemente pelos serviços nacionais de aprendizagens industriais, o Sistema S. (NEVES, 2008).

No contexto das políticas neoliberais do governo FHC, a educação profissional representou a construção de uma ressignificação do seu papel, incrementando ao antigo período desenvolvimentista a atribuição de: certificar em curto prazo (NEVES, 2008). Por isso, conforme coloquei no primeiro capítulo desse trabalho, esse tipo de formação se classifica para o trabalho, onde ocorre muitas vezes uma qualificação mínima para que o sujeito possa competir no mercado de trabalho.

Já no contexto educacional nos governos que sucederam FHC, em especial quanto ao debate acerca do ensino técnico e profissionalizante, os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 - 2016) contornaram o esquecimento e precarização dos CEFETs, sendo um passo significativo a sua transformação em Universidades tecnológicas e em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dando amplo apoio técnico e financeiro

para a sua modernização, melhoramento e expansão. Ainda nessa questão, voltou-se a ofertar o ensino técnico de nível médio, antiga reivindicação dos movimentos populares na educação, com a significativa expansão de vagas e cursos no sistema federal de ensino⁶.

É somente no governo Lula (2003-2010) que a questão do ensino médio retorna a tona como política pública de governo. A partir da observação das mudanças concretizadas por esse governo, percebemos que foi extremamente significativo considerar o ensino médio parte integrante e obrigatório da educação básica em 2009, o que fez com que o governo passasse a discutir e criar de fato mecanismos para a sua universalização. Nesse sentido, o FUNDEF é transformado em FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) englobando todos os níveis da educação básica, não apenas o fundamental como era no FUNDEF.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) a qual tratarei com mais profundidade no próximo capítulo, foi lançado em 2011 com o intuito de englobar qualificação educacional a nível técnico e profissional e o ingresso e reingresso ao mercado de trabalho. O PRONATEC retoma uma discussão histórica no âmbito da educação profissional e tecnológica que de acordo como é abordado nesse capítulo, foi apartado da formação de nível médio no governo neoliberal de FHC.

Contudo, embora tenham havidos inúmeros avanços e transformações ao longo dos governos progressistas durante a primeira década do século XXI, a educação escolar a níveis de ensino técnico, profissional e superior ainda necessitam de amplas políticas públicas para a sua universalização, sobretudo o último. Esses processos de escolarização também necessitam de mudanças em suas estruturas, no que tange as verdadeiras necessidades da classe trabalhadora e do povo brasileiro. A escola que acaba sendo, na maioria das vezes, um espaço de transferência de conhecimento, deveria ser o espaço democrático para o diálogo e a construção de saberes, ao passo que daria

⁶ Embora a pesquisa assuma uma perspectiva marxista crítica, reconheço os avanços estruturais dos governos petistas – Lula e Dilma, considerando esses governos progressistas.

subsídio suficiente para a inserção no mercado de trabalho. Conforme colocam Neves e Pronko (2008, p. 29):

A escola pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento de alargamento do grau de conscientização política e como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes.

Capítulo 2: Uma síntese da trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as considerações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

No primeiro momento farei uma síntese da trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, traçando brevemente os cenários educacionais e políticos de cada período a partir da crítica social de autores marxistas e relatos de documentos oficiais. No segundo momento, analisarei o PRONATEC levantando questões pertinentes ao Programa, bem como a relação entre trabalho e educação no mesmo, utilizarei autores e documentos oficiais como a lei 12.513/2011 que o institui.

2.1 Breve percurso na trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Para discorrer sobre a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica me utilizarei de documentos oficiais e de alguns autores, que, em grande parte publicaram seus textos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) que dialogam sobre essa mesma temática e questões relacionadas.

No ano de 2009 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos de existência. Esse processo que se iniciou oficialmente apenas em 1909 teve como alicerce as demandas da economia agrário-exportadora hegemônica no início do século passado, no tocante do singelo processo de industrialização do país.

Ao raiar do processo de colonização do Brasil, a educação profissionalizante ficará reservada aos índios e escravos, os quais foram os primeiros aprendizes. Com a exploração do ouro nas Minas Gerais no século XVIII, foram criadas as Casas de Fundição, a partir da demanda de um ensino mais especializado, que era, entretanto, reservado aos filhos de homens brancos. Na mesma época, houve a criação dos Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil, os quais traziam ao Brasil operários especializados de Portugal, todavia, é nessa mesma época que o governo imperial português

probe a existência de fábricas no Brasil com o Alvará 05/01/1775, alegando que não havia necessidade de industrialização do país porque todas as necessidades da sobrevivência e da vida material já eram garantidas pelo solo brasileiro (BRASIL, 2009). Conforme coloca Waldow (2014, p.3): “naquele momento histórico a aprendizagem era teórico-prática, não havia separação entre teoria e prática - o ofício era um fazer pensado”.

O debate acerca do ensino profissionalizante vem à tona a partir de 1889 com a abolição da escravidão, no ano anterior, e a proclamação da república, vinculado a economia agrário-exportadora, mas é somente no ano de 1906 que oficialmente o decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906 que são criadas quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro, por iniciativa do então Presidente do Estado (assim chamados os atuais governadores), Nilo Peçanha. Foi também no ano de 1906 que houve o “Congresso de Instrução” o qual encaminhou para o Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, no mesmo havia a previsão de criação de campos e oficinas escolares (BRASIL, 2009).

Ocorre então em 1909 com o presidente da República Nilo Peçanha, a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, dando primeiro passo da Rede Federal. É somente em 1927 que se torna obrigatório ao Estado o oferecimento do ensino profissional no Brasil. Um acontecimento a se pontuar é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas em 1930, comprometido com a burguesia industrial, foi durante o seu governo que houve a expansão das escolas profissionais e também com a criação de novos cursos nas escolas existentes (BRASIL, 2009).

Na década seguinte, é de fato regulamentada a educação profissional no país com a reforma Capanema, a mesma reforma que exclui a Sociologia como disciplina obrigatória da educação básica. Neste contexto, o ensino técnico passou a ser de nível médio. Com o decreto nº 4.127 editado em 1942 é transformada oficialmente as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas (BRASIL, 2009). No âmbito dessas questões a “inovação” da Escola Nova que se torna hegemônica nesse período, desloca a centralidade das relações de ensino-aprendizagem para o aluno, implantando uma falsa ideia de que a

educação deve ser igualitária para todos, que na prática se implementa de outra maneira. Segundo Waldow (2014, p. 9):

Esta teoria fracassa em seu intento, pois as relações de trabalho não permitem indivíduos ativos, e por outro lado, a educação rompe com a ideia de formar para a igualdade, liberdade e fraternidade, assumindo declaradamente o objetivo de formar para o trabalho.

Os governos que sucederam Vargas, na década de 1950 e 1960 até a Ditadura, foram responsáveis pelo estreitamento das relações entre economia e Estado, promovendo a manutenção da política de industrialização com a participação estatal. O Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1961) previa o investimento de 3,4% em educação. Foi ainda no seu governo que em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com autonomia didática e de gestão, ganhando o nome de Escolas Técnicas Federais (ETFs). (BRASIL, 2009).

Com o golpe de Estado que implantou a Ditadura Civil-Militar em 1964 a educação brasileira toma outros rumos, rompendo com a singela política do governo Goulart (1962-1964) de tentar democratizar o acesso a educação. A política da Ditadura foi pautada no tecnicismo, o Governo Federal conteve a expansão do ensino superior público em detrimento da expansão da educação superior privada. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou de maneira autoritária a profissionalização compulsória do segundo grau (hoje ensino médio). Se por um lado, houve a contensão do ensino superior público, a União ampliou de maneira significativa as vagas nos cursos técnicos, amparado pela demanda de força de trabalho especializada necessária pela indústria naquele contexto. Conforme retoma Waldow (2014, p. 2):

A formação para o mercado de trabalho, visando em última instância, o aumento do lucro do capital, encontrou respaldado na Lei 5.692/71, que tornou obrigatória a oferta do ensino profissionalizante, dificultando o acesso dos filhos dos trabalhadores ao ensino superior.

Já em 1978 com a necessidade de engenheiros de formação superior, são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém, é somente em 1994, com a Lei nº 8.948, que de fato implanta a política de transformação gradativamente todas as Escolas Técnicas Federais (ETFs) em CEFETs (BRASIL, 2009).

O período entre o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e o restabelecimento da democracia a partir de 1985, é marcado pela transformação de uma política educacional compensatória e tecnicista em uma política neoliberal, com a redução do dever do Estado no campo educacional, sobretudo público. Essa política se colocou de maneira excludente sendo que:

Para a educação trouxe a visão de mercado, e, como em demais setores, houve a privatização do acesso ao saber e foram ampliadas as parcerias entre público e privado (WALDOW, 2014, p. 11).

No tocante da implantação de políticas neoliberais já anteriormente ao governo de FHC (1995-2002), o governo de Itamar Franco torna a transformação compulsória das ETFs em CEFETs com a Lei 8.948, e ainda na mesma lei, institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e cria o Conselho Nacional de Educação Tecnológica. Retomando Saldanha (2012) a política educacional que vigorou durante a década de 1990 foi a de desvinculação da produção das bases técnico-científicas, culturais e sociais, caracterizando-se da formação para o trabalho simples, e em contraponto vendo a transferência dos recursos públicos para o setor privado.

No governo que o sucedeu, Fernando Henrique Cardoso, foi mantida a continuidade a esta política reforçando na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, a formação técnica de nível superior, denominado então de tecnólogo, implantando a política de criação de cursos tecnológicos nos CEFETs, sendo que esses cursos deveriam estar pautados na ação prática de cada formação, reservando o mínimo de espaço para a bagagem teórica. Além disso, o nítido compromisso de um governo neoliberal demandou a abertura para a expansão do ensino superior no setor privado, inclusive nos cursos de tecnologia, contendo a expansão do ensino superior público, denotando uma política privatista e mercadológica (BRANDÃO, 2009).

A partir de 2003 vigora a política de expansão dos CEFETs pelo governo Lula (2003-2010). Nesse contexto, é aprovada a Lei 11.195 de 2005, a qual institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criando nesse processo a primeira universidade especializada em educação técnica e tecnológica do país, a partir da transformação do CEFET/PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A nova configuração da educação profissional e tecnológica se dá, segunda Saldanha (2012, p.5), em função da “exigência atual e ideológica “sociedade do conhecimento” e do capitalismo dependente brasileiro.”

Ao longo de todo o governo Lula os CEFETs foram gradualmente se tornando Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, esse processo foi deliberativo de cada um dos CEFETs existentes no país, havendo visto que nem todos os CEFETs se tornaram IFs. Se por um lado, houve a expansão dessas instituições com a adesão do novo modelo proposto, por outro, ocorreu um processo ainda maior de mercantilização aos interesses do mercado da educação profissional e técnica (BRANDÃO, 2009).

No âmbito dessa expansão, foram construídas e ampliadas 214 unidades dos IFs até o ano de 2010, número superior as existentes - 140 instituições, conforme dados do próprio Ministério da Educação. Na ampliação dos cursos tecnológicos, é lançado em 2006 o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, sendo que no mesmo ano ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2009).

A partir de 2011 com o governo de Dilma Rousseff, herdeira e sucessora de Lula da Silva (2003-2010), são mantidas as políticas de expansão dos Institutos Federais, com a criação de novas unidades, ampliação das existentes e criação de novos cursos, também é instituído com a Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o qual será analisando nos próximos subcapítulos.

2.2 Considerações acerca do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Ainda no início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual é instituído pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011).

Quanto aos objetivos do PRONATEC, pretende-se expandir, interiorizar e democratizar o acesso ao ensino profissional e técnico de forma presencial e a distância, fomentar a expansão da Rede Federal de EPT, contribuir com a melhoria da qualidade do ensino médio público, ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, além de articular políticas sociais de educação, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Conforme coloca Waldow acerca do PRONATEC (2014, p.1): “criado em um momento de grande crise de desemprego, o PRONATEC se apresenta como possibilidade de retorno ao mercado de trabalho”. O objetivo do programa é fundamentado na democratização do acesso ao ensino técnico e a qualificação profissional, sendo assim, mantém segundo a defesa do governo federal, a inclusão, sobretudo, das classes menos favorecidas e dos sujeitos que já são beneficiários de outros programas sociais de transferência de renda, além de estudantes da rede pública de ensino e trabalhadores (BRASIL, 2011).

A partir de uma perspectiva analítica que compreende os governos petistas como sendo progressista, o PRONATEC faz parte do retorno do compromisso do Estado brasileiro com o projeto de desenvolvimento nacional, juntamente as Estatais como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), visando aumentos significativos na produção, investimentos na infraestrutura, gerando crescimento econômico e desenvolvimento social, vinculado a distribuição de renda, ora, projeto esse abandonado durante os sucessivos governos na década de 1990 e início dos anos 2000. Conforme coloca Cassiolato e Garcia (2014, p.9):

Por duas décadas, predominaram baixas taxas de crescimento econômico, acentuada desnacionalização em todos os

setores, perda da posição relativa e de competitividade da indústria, encurtamento e perda de densidade em quase todas as cadeias produtivas, extinção da indústria naval, abandono da expansão e modernização da infraestrutura, habitação, saneamento e mobilidade), desaceleração (quase extinção) dos programas espaciais e nuclear, entre outros.

Portanto, o que se observa é o predomínio das políticas neoliberais de desnacionalização das empresas, contenção de investimentos na infraestrutura contendo o desenvolvimento industrial e resultando na estagnação econômica.

A base legal que fundamenta a implantação do programa, prevê que a União é responsável pela execução, assistência técnica, projeção e ações, além do financiamento dessa política (BRASIL, 2011). A implementação do PRONATEC se deu em parcerias com os Estados, o Distrito Federal e municípios, que poderiam ofertar em suas redes públicas de ensino cursos mantidos pelo programa, tendo apoio financeiro e técnico do governo federal. Além disso, também estabelece a parceria com o setor privado, sobretudo o Sistema S - Senac, Sesi, Senai, onde essas instituições ofertariam também os cursos pautados nas mesmas condições (BRASIL, 2011), o Sistema S compreende algumas instituições de qualificação profissional, consultoria, serviço social, dentre outras especificações, e é mantido com recursos públicos e entidades patronais. Além dos investimentos previstos no orçamento da União, foram utilizados recursos para o financiamento do programa oriundos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

No âmbito institucional do programa a educação profissional e tecnológica é entendida sendo:

- I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - de educação profissional técnica de nível médio; e (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013)
- III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal. (Inciso com

redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013)

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2011).

Para viabilizar a permanência dos estudantes no Programa, o governo federal mantém um auxílio financeiro para alguns grupos de beneficiários incentivando a continuidade dos estudos. Já a bolsa-formação consiste no financiamento da vaga no Sistema S ou escolas privadas por parte de recursos federais onde é garantida a gratuidade para o estudante. Ocorrendo assim em duas modalidades: a) uma voltada para os trabalhadores - beneficiários do seguro-desemprego e programas de inclusão produtiva, é pautada na oferta de um curso de qualificação profissional de no mínimo 160 horas; b) a outra voltada para os estudantes: onde há a oferta de cursos técnicos subsequentes ou concomitantes de no mínimo 800 horas (BRASIL, 2011).

O PRONATEC é uma política social do governo federal estruturada em sua originalidade dentre outros Ministérios, com os Ministérios da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo este gerido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que é vinculada ao MEC. Para tanto, o governo tentou conciliar a qualificação educacional e o ingresso no mercado de trabalho.

Por outro lado, Letícia Saldanha (2012) também retoma que o PRONATEC e a educação técnica pública no Brasil se dão no bojo do trabalho simples, reservando o trabalho complexo ao ensino privado. Na retomada do conceito de trabalho complexo Saldanha (2012, p.4) retoma o conceito utilizado por Neves e Pronko (2008) que por sua vez tomam como base a teorização de Marx em O Capital, onde

o trabalho complexo se caracteriza pelo dispêndio da força de trabalho do homem comum, sem educação especial, par do conceito de trabalho complexo. Este último possui uma natureza especializada e requer tempo maior de formação.

O que se coloca de fato a partir de dados do próprio MEC é que entre 2011 e 2014 foram cerca de 8 milhões de matrículas em cursos do Programa, atendendo cerca de 4.000 municípios, com a oferta de mais de 600 cursos de Formação inicial e continuada (FIC) de pelo menos 160 horas e também mais de 200 cursos técnicos, conforme coloca Marcelo Machado Feres, Diretor da Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, em entrevista ao Senac do Rio de Janeiro (2014).

Uma questão pertinente a se destacar no Programa é o PRONATEC- EJA (Educação de Jovens e Adultos). O texto original da Lei 12.513/2011 que institui o PRONATEC nada dispunha especificamente sobre a educação de jovens e adultos. É a partir de 2012 que o governo federal passa a se debruçar sobre esta questão, conforme é colocado pelo portal do governo federal “trata-se de uma estratégia para ampliar a atratividade da educação para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade própria”.⁷ No que tange o Plano Nacional de Educação (PNE) está previsto até 2024, que pelo menos “25% das matrículas de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, vinculadas à educação profissional”⁸. Quanto à questão do PRONATEC-EJA, o grande foco de atuação em cursos aligeirados no PRONATEC reflete o que já foi posto historicamente para EJA ao longo da história da educação brasileira (SILVA, 2014), “ações que não são capazes de garantir a autonomia dos sujeitos e não permitem efetivamente a inclusão social desse público” (SILVA, 2014, p. 7-8).

⁷ Pronatec- EJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/pronatec-eja>. Acesso em: 22 de jun de 2016.

⁸ Pronatec terá 2 milhões de matrículas em 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/03/pronatec-tera-2-milhoes-de-matriculas-em-2016>. Acesso em: 22 de jun de 2016.

2.3 A relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC

Ao decorrer desses próximos subcapítulos tratarei sobre questões pertinentes ao PRONATEC. Discutirei acerca da EPT, trarei apontamentos de autores, contextualizando, analisando documentos oficiais, tratando da precarização do mundo do trabalho, abordando o que representa o Programa e traçando uma perspectiva do que poderia representar o Programa.

2.4 Educação e trabalho numa perspectiva crítica

A humanidade enquanto grande coletivo está subordinada a uma estrutura social dominante. A organização societal é constituída por interesses antagônicos, contudo, são os interesses da classe dominante que se tornam hegemônicos. Conforme retoma Frigotto (1999), a partir da percepção de Marx e Engels, a sociedade é entendida como uma grande estrutura, onde comporta o bojo de uma totalidade de relações sociais:

Numa perspectiva histórica de análise, Marx e Engels e a escola marxista, de um modo geral, concebem a realidade social como uma estrutura, uma totalidade de relações onde, em sua unidade diversa, o conjunto de relações sociais e econômicas, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se na base a partir da qual se estrutura e condiciona a vida social no seu conjunto. (FRIGOTTO, 1999, p.30).

A educação em um sentido mais amplo está relacionada à transmissão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade que é por diversas maneiras, inclusive através da escola, incorporada pelas gerações mais novas. Por isso, a educação é fruto da organização social a qual está atribuída, principalmente vinculada à vida material - e com isso, ao mundo do trabalho. Dessa maneira, “se torna possível afirmar que a essência humana é produzida pelo trabalho e transmitida pela educação (em um sentido amplo)” (YAMONOE, 2010, p. 2).

O processo educacional formal a qual os indivíduos estão inseridos reflete a posição social a que ocupam na sociedade de classes. Observou-se ao longo dos séculos que se sucederam na história do Brasil que a formação a nível profissional e técnico era destinada principalmente a classes sociais menos favorecidas. Nos primeiros passos da educação profissional ainda no século XVIII as Escolas Oficiais implantadas pela coroa portuguesa visavam formar as massas de abandonados da sociedade brasileira - crianças e jovens pobres, órfãos, em força de trabalho barata.

No século XX essas características não se alteram completamente, permanecendo esse nível de educação reservado aos menos favorecidos, em especial para a formação de força de trabalho para as indústrias em meio ao processo de industrialização do país. Desse modo, conforme coloca (ALVES 2007, apud YAMONOE, 2010, p.2), a partir das perspectivas de Pestalozzi, Basedow, Filangieri e Herbart: o que se coloca é

a necessidade de se adequar a educação dos jovens às suas origens sociais: educação profissionalizante para os filhos dos trabalhadores e educação humanístico-científica para os dirigentes da sociedade.

A escola é um reflexo da sociedade, que por sua vez é capitalista. Os interesses hegemônicos nessa instituição representam os interesses da classe social hegemônica no seio dessa sociedade, classe social essa que é a burguesia. Os interesses historicamente representados dentro da sociedade são hegemonicamente dessa classe, conforme apontam Marx e Engels:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ele estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são

nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de dominação. (MARX e ENGELS, 2007, p.47).

Portanto, desde a hegemonia burguesa a escola como instituição formadora vem reproduzindo os interesses estratégicos dessa classe.

Sucederam no desenvolvimento histórico da modernidade e contemporaneidade com o advento do liberalismo e do iluminismo, dois tipos de formação escolar: uma para os filhos da classe trabalhadora, mais enxuta, voltada para a prática, que se justificava pela apreensão de conhecimentos necessários a produção, e outra, humanística e científica, voltada para a formação dos futuros dirigentes da sociedade, esta escola é denominada como escola dualista.

No que toca a educação formal como instrução para o exercício pleno da cidadania e preparação para o trabalho e a vida em sociedade, mas que de maneira arbitrária se coloca em diferentes proporções para os filhos da classe trabalhadora e os da classe dominante, Frigotto (1999) rememora que desde os primórdios do liberalismo e do iluminismo essa discussão já havia sido colocada, e o que era hegemônico entre intelectuais da burguesia é que deveria haver uma educação para os trabalhadores e outra para os futuros dirigentes do Estado. Destut já no final do século XVIII e início do XIX, no contexto das ideias naturalistas e organicistas, concebe uma educação dualista - uma para a classe dominante e outra para a classe dominada (FRIGOTTO, 1999).

Os homens de classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas [...] Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para

alcançar o que se espera deles no futuro. [...] Esses fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade: ninguém está em condições de mudá-los. Portanto, trata-se de dados invariáveis dos quais devemos partir. (Desttut, 1908), apud: FRIGOTTO, 1999, p.34).

Conforme coloca Neves e Pronko (2008), é sobretudo hoje na sociedade capitalista contemporânea que vigora a divisão entre os processos de aquisição do conhecimento no ambiente escolar onde, sujeitando ainda mais quem os organismos de manutenção da sociedade e do Estado dizem necessitar de menos, a terem o estritamente o necessário, onde reserva o conhecimento complexo em ressalva a poucos. Segundo as autoras:

a ampliação da escolarização mínima para o trabalho simples em uma sociedade cada vez mais urbano-industrial e, por outro, a ampliação do trabalho complexo configurando a subdivisão da escola em um ramo científico, mais geral, que responde pela formação dos intelectuais orgânicos da nova ordem urbano-industrial e por um ramo tecnológico mais diretamente vinculado à reprodução da força de trabalho especializada para o modo fordista de organização produtiva e societal. (NEVES e PRONKO, 2008, p.12).

O Brasil, historicamente como nação periférica e subdesenvolvida, vem desde o fim do processo de colonização, e, sobretudo, no século XX com a industrialização, realizando uma política educacional onde, os esquecidos - a população pobre recebe de maneira acelerada e muitas vezes precária, formação a nível profissional para atuar no mercado de trabalho. Conforme coloco no início desse capítulo e retoma Kuenzer (2002), o processo de oferta da educação profissional sob a administração do Estado iniciou em 1909 com a criação de dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices. Sobre essa questão a autora coloca que:

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente

inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobre e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora de formação de caráter pelo trabalho. (KUENZER, 2002, p.27).

No seio desse debate, a educação como princípio de transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos, influenciados pela organização societal a qual faz parte, do mesmo modo que pelas ideias da classe politicamente e economicamente dominante, o trabalho mantém um forte vínculo a essas questões, sendo indissociáveis dentro desta perspectiva.

Para Maria do Nascimento (2015) o trabalho e a educação são condições intrínsecas da existência humana, sendo ambos direitos sociais, que deveriam ser garantidos em sua integralidade pelo Estado.

Portanto, “a compreensão de trabalho como categoria intrínseca à produção da materialidade da existência humana e as formas de apropriação deste modelo de produção capitalista” (NASCIMENTO, 2015, p.104). O trabalho, assim como a educação, é um direito social inalienável, o qual deveria ser incessantemente defendido pelo Estado. Todavia, o que se observa na sociedade capitalista é que as lógicas da acumulação e da lucratividade se apropriam desses direitos os transformando em mercadorias.

Para autores como Marx, Engels e Gramsci, o trabalho e a educação formal estão estritamente vinculados. Porém, a lógica capitalista subverte aos seus interesses essas duas dimensões da vida social tão necessárias para a sobrevivência humana. Conforme apresenta Lombardi (2008) apud Yamanoe (2010) nas contribuições de Marx e Engels, os autores afirmam que é estritamente necessário desvincular a lógica do capital à ciência, cultura e educação, para assim constituir instrumentos de luta dos trabalhadores. Os autores defendem assim, uma formação integral, que venha a articular o fazer e o pensar, ou seja, o trabalho vinculado à formação educacional. A resposta as necessidades da classe trabalhadora seria a formação politécnica, a união entre *fazer e pensar*.

Na crítica sobre a escola na sociedade capitalista, Gramsci pontua que se faz necessário romper com a lógica do capital e construir uma alternativa de escola que concilie os interesses da classe trabalhadora, para a formação de trabalhadores e intelectuais dessa classe. Essa alternativa de escola foi elaborada pelo autor como a escola unitária.

Sobre a escola unitária Gramsci coloca que:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido mais amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (GRAMSCI, 1989, p.120).

Gramsci (1989) ainda coloca que essa formação unitária deve ser unicamente função do Estado, transferindo o papel do setor privado para o setor público, porém, para que isso se concretize tem de haver um firme compromisso do Estado com esta questão.

Segundo Nosella (2004) apud Yamanoe (2010, p.7):

[...] a escola unitária se destinaria a transmissão dos conhecimentos científicos, produzidos historicamente pela humanidade, sempre compreendendo o trabalho como categoria central. A escola, se ocuparia com a preparação dos sujeitos para o domínio dos fundamentos da prática do trabalho social. [...]

Dado os levantamentos teóricos acima, compreendemos que existe uma relação intrínseca entre mundo do trabalho e educação. No que tange a educação profissional e técnica no Brasil, o que se revelou é que desde os primórdios dessas modalidades de formação, ficaram reservadas principalmente as classes sociais subalternas, e que se apresenta na contemporaneidade, mais precisamente no âmbito do PRONATEC, uma política social compensatória do ponto de vista educacional, porém do ponto de vista do mercado de trabalho podemos considerar como uma política de suprimento de força de trabalho.

2.5 O PRONATEC tal como ele é

Passados os tempos de preponderância do neoliberalismo no Brasil, os anos 2000, especialmente durante o governo Lula, a preocupação com o projeto de nação que corrobore com o desenvolvimento pleno das forças produtivas, a preocupação com a distribuição de renda, a sustentabilidade, políticas de bem-estar social para cidadãos, a valorização de certa maneira da educação e saúde pública, pautado, sobretudo, com um novo compromisso com o desenvolvimento nacional, tornou-se hegemônico e amplamente defendido. Esse novo capítulo da história nacional foi denominado por alguns de Novo-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo.

Conforme pontua Bresser Pereira (2006, p.12, apud Santos e Rodrigues, 2012, p. 3): o Novo-desenvolvimento consiste

[...] em um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar países desenvolvidos [...].

Portanto, o Estado passaria a ter participação efetiva na economia, promovendo o desenvolvimento econômico e social, o bem geral de todos - com a preocupação de satisfazer minimamente os anseios de todas as classes sociais. Embora tenha havido mudanças estruturais importantes nesse processo, vale ressaltar que a influência do capital financeiro sobre o Estado e as instituições políticas continua expresso nas políticas implementadas pelo governo.

Com isso, o Partido dos Trabalhadores nas gestões de Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 - 2016) representaram para o Brasil a retomada da trilha do crescimento econômico ora estagnado pela política neoliberal da década de 1990, colocando um Estado presente frente ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro (BOITO JR., 2012).

Esse esgotamento da plena política neoliberal que se mostrava insuficiente do ponto de vista dos problemas insolucionáveis como a desvalorização do salário, ampliação do desemprego, privatização do patrimônio público, problemas

habitacionais, dentro outros, foram, ora, amplamente repercutidos na campanha presidencial de 2002 quando o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República. Em seu discurso de posse Lula disse que “mudança” foi à mensagem que o povo brasileiro as eleições de outubro, colocando também que fez isso “Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo”⁹ (Discurso de Lula no Congresso Nacional).

Por isso, o PRONATEC se coloca no âmbito deste novo cenário da política nacional, denominado Novo-desenvolvimentismo, o qual desenha um novo papel para o Estado (SANTOS; RODRIGUES, 2012), como instrumento de desenvolvimento econômico e social, que por um lado busca ampliar a formação dos sujeitos, e por outro, qualificar a força de trabalho necessária para a produção.

Dado essas questões, podemos observar que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi repetidamente defendido durante a sua elaboração, com incessantes defesas da base governista no Congresso Nacional durante o processo de análise da Lei nº 12.513/2011 que o instituiu, dando-lhe caráter de urgência, e, sobretudo, durante a campanha de reeleição da presidenta afastada Dilma Rousseff (2011 - 2016). Essa discussão acerca do Programa ganhou ampla participação de vários setores da sociedade, demonstrando que existiam vários interesses em jogo: de um lado o governo tentando formar força de trabalho qualificada, de outro, o Sistema S e as escolas privadas de um modo geral, que receberiam parte significativa de oferta dos cursos com incessantes investimentos, além do setor empresarial que necessitava dessa força de trabalho.

Ou seja, dois pontos principais se apresentam no PRONATEC: a necessidade de formação de força de trabalho qualificada para as indústrias e o setor de serviços, e a necessidade de qualificação, principalmente da juventude, para ingressar no mercado de trabalho.

⁹ O discurso de Lula no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

A crise do capitalismo e a reestruturação produtiva a partir da década de 70 do século XX, fez com que acirrasse as taxas de desemprego, tornassem o mercado de trabalho mais competitivo e, entretanto, ampliasse ainda mais a precarização do trabalho. Por isso, com esse contexto, segundo Souza (2003, p.2): “Os jovens, que já apresentavam uma inserção mais difícil e vulnerável no mercado de trabalho, passam a sofrer com mais intensidade os constrangimentos impostos por este contexto”.

A juventude por sua vez é categorizada como:

[...] um processo de transição em que os indivíduos passam de uma dependência completa da infância a uma plena autonomia que caracteriza a vida adulta. Esse processo se desenvolve mediante um conjunto de transições que levam o jovem a desenvolver plenamente a sua personalidade, a incorporar-se na vida ativa, a ter independência econômica, a constituir um lugar próprio e a estabelecer uma colocação estável.[...] (SOUZA (org.), 2003, p.6).

O PRONATEC visa atender a juventude estudantil de escolas públicas e de camadas sociais menos favorecidas, assim como trabalhadores do campo e da cidade que necessitam de nova formação ou formação continuada, povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e beneficiários diretos dos programas sociais de transferência de renda do governo federal (BRASIL, 2011). O delineamento dos grupos de atendimento leva em consideração os relativos baixos índices de escolarização desses grupos, bem como a falta de oportunidades de a alteração desse cenário.

Essas questões são reafirmadas por Marcelo Machado Feres (2014, p. 130), então diretor da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC):

Portanto, o PRONATEC se configura como política pública de educação profissional de extrema relevância. Por um lado, ele possibilita a inclusão social, por meio do atendimento aos diversos públicos que necessitam da formação profissional, e por outro, ele contribui para a melhoria da

produtividade e da competitividade do país, por meio das ofertas de cursos profissionalizantes que atendem aos mais diversos setores.

No tocante da economia capitalista, por um lado, a década de 1990 foi marcada pelo avanço do desemprego, a ausência de investimentos em diversos setores da economia e a exclusão de grandes parcelas da sociedade. Este cenário no início dos anos 2000 se altera. Desde 2006 diversos setores produtivos já alertavam da falta de força de trabalho qualificada e da necessidade de importação da mesma do exterior, de maneira sistemática o desemprego passou a cair e houve significativamente a formalização das relações de trabalho. (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

Entretanto, ao passo que houve significativa expansão dos setores produtivos, e, conseguinte o aumento da necessidade de uma força de trabalho tida como mais qualificada e adaptada ao modo atual de ganhos de produtividade, “também houve a expansão da subcontratação de trabalhadores em condições precárias”. (JINKINGS, 2002, p.1).

Nos anos que antecederam a implantação do PRONATEC, o governo Lula (2003-2010) já havia se debruçado sobre a questão da ETP, implantando durante o seu governo o Programa Brasil Profissionalizado (2007) que corroborou também como suporte didático-financeiro para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foram gastos, no ano de 2010 (ano que antecede o PRONATEC) R\$ 900 milhões de reais com Programa. Contudo, nitidamente influenciado pelo setor privado, os gastos de recursos federais com o Sistema S no mesmo ano havia sido de R\$ 16 bilhões (FRIGOTTO, GRABOWSKI, 2010, apud: SOUZA JR. 2012). Embora a intenção do governo federal tenha sido de ampliar o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, o que se observa é a sangria dos recursos públicos esvaindo para o setor privado.

O que se observou durante o processo de industrialização do Brasil e posteriormente a ele foi o predomínio da oferta privada da formação de nível profissional e tecnológico. No ano de 2010, 56,49% das matrículas nesse nível eram no setor privado, dentro do qual 28% eram no Sistema S, conforme pontuam Santos e Rodrigues (2012) a partir de dados do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A relação entre o setor público e o setor privado vem a partir de 2011 com o PRONATEC, a se tornar ainda mais entrelaçada. Com massivos investimentos de recursos públicos no Sistema S e no setor privado de um modo geral, o governo federal financiou a expansão das estruturas desse sistema trazendo benefícios que seriam permanentes (para o setor privado). Este apoio institucional e financeiro da União fica claro a partir do Art.3º da lei nº 12.513/2011 quando coloca nos termos da lei o regime de colaboração entre os setores públicos (federal, distrital, estaduais e municipais) com o Sistema S e entidades privadas para a concretização do PRONATEC (BRASIL, 2011).

Enquanto o art. 3º da referida lei estabelece a colaboração entre o setor público e o setor privado, o art. 4º torna isso mais claro. Nesse artigo é estabelecido o auxílio para a expansão física e de vagas nos Serviços Nacionais de Aprendizagem (inciso III), já no inciso IV se estabelece a compra de vaga pelo poder público por meio da bolsa-formação (estudante e trabalhador). O curioso foi que houve um embate entre as entidades patronais da educação - como o Sistema S, de frente com o Ministério da Educação, na pessoa do ministro Fernando Haddad (Ministro da Educação no período), onde essas entidades refutaram em aceitar o acordo para a oferta de cursos do PRONATEC de forma gratuita:

O embate do ministro Fernando Haddad com as confederações patronais para que fossem ampliados a gratuidade na oferta de cursos profissionalizantes e o atendimento de trabalhadores e estudantes pobres repercutiu intensamente nos meios de comunicação (CASSIOLATO e GARCIA, 2014, p.24).

A partir disso, o que se observou no ano de 2013 foi que o Sistema S ofertou 132.289 vagas dos cursos técnicos do PRONATEC segundo dados do MEC referentes ao ano de 2013, comparados a oferta de vagas no Sistema S, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ofertou 121.958 vagas, já nos cursos FIC foram 844.581 vagas no mesmo ano no referido sistema, conforme dados levantados pelo trabalho de Maciel,

Ferreira, Lima e Silva (2015). A sangria dos recursos públicos para os cofres privados fica nítida quando:

o total de recursos transferidos aos entes pactuados ao PRONATEC Bolsa-formação, até maio de 2014, totalizou R\$ 6.455.688.267,27. Deste, R\$ 4.718.060.990,32 foram transferidos a Rede Privada e ao Sistema Nacional de Aprendizagem, ficando esse último com de 80% do montante. (MACIEL, FERREIRA, LIMA e SILVA, 2015, p.7).

Quanto às parcerias com o setor privado, conforme pontuei anteriormente, outra questão pertinente é a maneira do qual é feito o repasse financeiro ao Sistema S. Já que por meio do art. 5º, em especial caput 1º, esse repasse dispensa qualquer tipo de convênio, contrato ou acordo, devendo apenas a instituição prestar contas posteriormente dos recursos recebidos (BRASIL, 2011).

O que os dados oficiais revelam é que se tornou algo lucrativo a oferta dos cursos do PRONATEC, havendo visto que a maior fatia de vagas fica a cargo do setor privado. O que há de se ponderar é as condições a qual esses cursos são ofertados, já que na Rede Federal de EPT existe uma estrutura didático-financeira considerável para a sua execução, enquanto em diversas escolas de formação do setor privado essa estrutura é questionável.

Com a lei 12.513/2011 também houve a alteração da lei 10.260/2001 que instituía o FIES (Fundo de Financiamento Ao Estudante do Ensino Superior). Com o art. 11 da lei 12.513/2011 o FIES passa a ser denominado de Fundo de Financiamento Estudantil. Já no art. 12, caput 1º da mesma lei o governo reafirma seus propósitos com a ampliação de crédito e financiamento da educação privada autorizando o financiamento de estudantes da educação profissional e tecnológica, assim como mestrado e doutorado.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) também é utilizado para o financiamento do PRONATEC. Na redação da lei 12.513/2011 que institui o PRONATEC, é alterado o art.10 da lei nº 7.998/1990 (legislação que regulamenta o FAT e o seguro-desemprego), autorizando o governo federal utilizar os seus recursos também para o financiamento de programas de educação

profissional e tecnológica (BRASIL, 2011). Também na legislação do PRONATEC fica a cargo da União condicionar o recebimento do benefício de seguro-desemprego a matrícula e frequência do trabalhador beneficiário em cursos FIC de no mínimo 160 horas, que se dá pela mudança dos arts. 3º e 8º da lei nº 7.998/1990, previstos no art. 14 da lei nº 12.513/2011.

Embora haja inúmeras contradições no PRONATEC que vão desde a fundamentação de sua criação, a justificativa e a maneira a qual foi implementado, os resultados reais para além do campo teórico, conforme tinha mencionado anteriormente, foram que entre 2011 e 2014 houveram 8 milhões de matrículas em 4 mil municípios brasileiros em um montante de 600 cursos técnicos e mais de 200 cursos de carga horária mínima de 200 horas denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC) relembrando o que coloca Feres (2014).

O governo federal aposta no avanço da democratização do ensino profissional e técnico com o maior Programa da história - PRONATEC. Com isso, acredita na inserção e reinserção dos sujeitos no mercado de trabalho, bem como a crença dos setores produtivos na formação de força de trabalho qualificada:

Dessa forma, projeto, coincidência e determinação se fundiram, formando um arcabouço legal que dá bases seguras e, principalmente, equitativas para a democratização do acesso ao ensino técnico, tecnológico e profissional, tornando possível aventar a existência de um trabalhador-cidadão de um novo tipo de mercado de trabalho menos heterogêneo. (CASSIOLATO e GARCIA, 2014, p.32).

Contudo, mesmo sendo a “galinha dos ovos de ouro” da campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014, ao entrar no ano de 2016 a Pátria Educadora (lema do novo mandato da Presidenta da República) efetuou um corte de 65% no orçamento anual do PRONATEC em relação a 2015¹⁰. Foram reservados

¹⁰ Vitrine de Dilma, Pronatec terá orçamento 65% menor em 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1733938-vitrine-de->

para o Programa nesse ano R\$ 1,6 bilhões, sendo que em 2015 foram gastos R\$ 4,7 bilhões. No plano institucional do Programa a situação é nebulosa, cheia de incertezas, ainda não se sabe as pretensões acerca do PRONATEC no governo interino de Michel Temer (2016-) e seus possíveis cortes orçamentários.

Outra questão a ser pontuar é a eficácia do Programa em relação à empregabilidade¹¹ no período após a conclusão do curso. Embora já tenham se passado mais de 4 anos da implantação do PRONATEC o governo federal não tem estimativas de empregados que são egressos de cursos e que trabalham na referida área da formação. Isso traz um certo desconforto quanto ao retorno de fato que a formação propicia aos sujeitos capacitados - o emprego. Há de se colocar que a justificativa repetidamente empreendida pelo governo federal foi de que a indústria, o comércio e, sobretudo, o setor de serviços, necessitavam de força de trabalho qualificada que era extremamente escassa no país e até em certos ramos da produção inexistentes.

Para além das críticas ponderadas aqui, a contribuição do PRONATEC pode vir a ser para: “destacar que a política pública pode fugir ao controle real de sua objetividade e produzir outros sentidos na vida e cotidiano dos sujeitos” (ESTEVÃO, 2004, apud: MACIEL, FERREIRA, LIMA e SILVA, 2015, p.4).

Para muitos e muitas o PRONATEC segue sendo uma alternativa de mudanças significativas. Seja pela realização por meio da aprendizagem e do conhecimento, seja pelo ingresso ou retorno ao mercado de trabalho capacitado. Em um país onde o mercado de trabalho contava com 12,7% da População em Idade Ativa (PIA) com os níveis médio e superior de escolaridade em 1980, e posteriormente no final da década de 2000, já somavam

[dilha-pronatec-tera-orcamento-65-menor-em-2016.shtml](#). Acesso em: 06 de junho de 2016.

¹¹ Empregabilidade está diretamente vinculada ao setor produtivo e ao trabalho. Ao longo do desenvolvimento capitalista tomou diferentes feições, no fordismo as necessidades da produção iam de encontro ao operário com pouca instrução e disposto ao serviço repetitivo e inflexível. No toyotismo ou regime de acumulação flexível, as tendências mundiais do setor produtivo se alteram substancialmente, a lógica da competitividade se acirra e as demandas se complexificam, o trabalhador polivalente se torna a engrenagem substituível da produção.

40,4% da PIA conforme dados do IBGE, retomados nas pesquisas (2011) e (2012) de Santos e Rodrigues, houve um considerável aumento, que, entretanto, ainda é insuficiente e está longe de ser o necessário. Contudo, formação de nível técnico ainda era, para alguns, um objetivo que estava (antes do PRONATEC) longe de ser efetivado.

As limitações e contradições seguem presentes no PRONATEC e estão distantes de ser solucionadas. Por um lado, houve de fato um avanço significativo da democratização do acesso ao ensino técnico e profissionalizante com a expansão da Rede Federal de EPT que se tornou mais concreta com o auxílio didático-financeiro trazido pelo PRONATEC, e por outro o financiamento da educação privada por meio de parcerias-público-privada que foram instituídas por meio da legislação vigente, autorizando a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, vale lembrar que o financiamento do PRONATEC no Sistema S se dá com recursos diretos do orçamento da União bem como investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em compra de cursos e vagas, e, sobretudo, de bens permanentes para a entidade, como a expansão da estrutura física e humana, sendo que após a finalização do Programa se tornarão patrimônio do interesse privado.

2.6 O PRONATEC tal como ele poderia ser

Para que se efetive de fato o compromisso com a educação pública, se faz necessário medidas incessantes com a mesma. Desta maneira, no âmbito do PRONATEC, a oferta de vagas deveria se dar unicamente no setor público, no montante das redes federal, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica. Com massivos investimentos na formação real de força de trabalho qualificada, onde houvesse a incisiva prática do fazer e pensar, formação essa que deveria se estabelecer de maneira qualitativa e não quantitativa, de maneira integradora, onde se tivesse no âmbito micro e macro, o debate sobre o projeto de educação que a classe trabalhadora realmente necessita, construindo assim, coletivamente, um outro projeto educacional para o país.

Nesse projeto de educação, deveria se levar em consideração a construção de uma cidadania plena¹². Este cidadão seria consciente de sua própria existência, preparado para compreender as dimensões da vida em sociedade e entendedor da importância da democracia, qualidades as quais lhe propiciaria a autonomia para caminhar com suas próprias pernas. Nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006, p.1):

O pressuposto do qual partimos é de que o a educação básica unitária (especialmente nas etapas dos ensinos fundamental e médio) e a educação profissional, tendo a primeira como uma conquista efetiva e de qualidade, e ambas como um direito, são requisitos fundamentais para todas as dimensões da vida, sob condições plenas de justiça, de cidadania e de democracia. Sendo assim, o acesso à educação básica e à formação profissional de qualidade possibilita uma inserção ativa e autônoma nos processos de produção, mormente sob as novas bases da ciência e da tecnologia.

Conforme articulam os autores acima, para se construir outra alternativa de educação profissional e técnica, também se faz necessário a condição da efetiva construção de uma educação básica de qualidade, unitária, próxima daquela pensada por Gramsci, com uma formação na sua integralidade.

As políticas sociais para a educação profissional e técnica deveriam estar centradas em uma perspectiva emancipadora (FRIGOTTO, 2001). Afirmando assim: “valores centrados na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade

¹² Pode se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício pleno da democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc. direitos políticos, como liberdade de expressão, voto, participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia. [...] uma concepção plena (de cidadania), que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública, através, por exemplo, da discussão democrática do orçamento. [...] (GADOTTI, 2000, p.290).

entre os seres humanos” (FRIGOTTO, 2001, p. 82). Enquanto concepção de educação básica:

[...] (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável” [...] (FRIGOTTO, 2001, p.82).

No que tange o trabalho e o emprego, o Estado brasileiro precisa reafirmar a sua soberania nacional no plano internacional, construir um projeto de nação que considere o desenvolvimento humano, social, econômico, político e cultural, para que assim o ser humano constitua-se o centro das relações e não o mercado (FRIGOTTO, 2001).

2.7 Rompimento do trabalho com a lógica do capital

Já quanto à questão do trabalho, que, por sua vez, é algo vital para a sociedade e necessário para a sobrevivência humana. Que, todavia, é apropriado pela lógica do capitalismo neoliberal, e, conforme pontua Frigotto (2001), mesmo com todas as transformações e mudanças desde meados do século XX com a revolução técnico-científica que transformou os parques produtivos, gerando mais produção em menos tempo, e necessitando ainda menos a participação humana para isso. A dedicação ao tempo de trabalho ainda é extensa, de modo que o tempo livre - ou seja, o tempo a liberdade ainda é sucumbido pelo tempo dedicado ao trabalho.

As reformas neoliberais levaram em consideração as possibilidades de acumulação flexível, precarizando ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora, que viu seus direitos ser ameaçados e em muitos casos, retirados. Portanto, esta realidade precisa ser alterada. O trabalho continuará sendo algo vital para a sobrevivência, porém se as formas de se produzir reduziram o tempo necessário para a produção, o tempo dedicado ao trabalho deverá também ser reduzido, a fim de que os

indivíduos possam gozar plenamente de seu tempo livre, utilizando assim esse tempo para o desenvolvimento da cultura, lazer, leitura, dentre outros. Somente assim, juntamente com uma política de valorização dos serviços públicos essenciais para o desenvolvimento pleno dos indivíduos, saúde, segurança, saneamento, habitação, educação, transporte, cultura, trabalho (já mencionado) e previdência social, nos tornaríamos de fato cidadãos e não meramente consumidores (SANTOS, 2000).

A contínua luta pela valorização da educação também passa pela luta contra a degradação da classe trabalhadora. É de conhecimento que desde meados da década de 70 do século XX com o advento das ideias neoliberais e consequente da globalização do capital, as políticas neoliberais flexibilizaram as legislações trabalhistas, desamparando milhares de trabalhadores ao longo do globo terrestre, privatizando o patrimônio público construindo ao longo de décadas (até séculos) a partir de um esforço coletivo que foi entregue as graças do mercado (muitas vezes por preços irrisórios), todas essas medidas resultaram para muitas nações a quebra da economia nacional, a diminuição do poder de consumo da maior parte da população, e um grande agravamento do desemprego, que agora se torna estrutural. Por fim, e não menos importante, a ampliação ainda mais da mercantilização da vida. Com a expansão do capital financeiro especulativo direitos sociais básicos como saúde e educação se tornam mercadorias que podem ser comercializados em bolsas de valores.

Reiterando novamente que a educação sirva como construção da cidadania para um outro olhar acerca da realidade social vivenciada, ora, muito diferente daquela proposta por muitas instituições no âmbito nacional e internacional. De acordo com a crítica elaborada por Frigotto (2001), a LDB traz consigo uma concepção de educação profissional subordinada aos dizeres do mercado e do capital, mercado este totalmente autônomo e a margem da vontade da sociedade de um modo geral, vindo a gerar o desemprego, o subemprego e a exclusão de muitos. Essa perspectiva baseada nas diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, tomam para si a individualização de problemas sociais, recaindo sobre os indivíduos todas as responsabilidades, inclusive questões que escapam de seus campos de possibilidades, trata-se da pedagogia das competências

e da concepção meritocrática, e sobretudo: “Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente” (FRIGOTTO, 2001, p.80). Onde a educação passa a ser vista estratégia caridosa para a contenção e o alívio da pobreza (FRIGOTTO, 2001).

Essas formações a níveis técnico e profissional deveria romper com a perspectiva de precariedade do mercado de trabalho, com a lógica do capital. Não passando por uma formação para os engendramentos temporários da necessidade do capital, e sim pela integralidade da formação que em sua constituição esteja colocado a preocupação no fazer e pensar, que construa nos sujeitos a reflexão crítica, que sobretudo não vá de encontro ao que Viktor Frankel (apud: FRIGOTTO, 2001, p.81) chamou de *existência provisória sem prazo*.

2.8 PRONATEC: uma reflexão inacabada

Por fim, em uma reflexão inacabada, mas que a partir desta pesquisa pode ser constatada, o PRONATEC como política social traz um avanço considerando a democratização do acesso ao ensino técnico e profissional, construindo possibilidades de uma melhora significativa para os sujeitos, fazendo parte inclusive da retomada do crescimento (na economia capitalista) do país e da expansão da Rede Federal de EPT. Entretanto, resta questionar quais são os limites dessa formação enquanto qualificação para o mercado de trabalho de maneira aligeirada, e se de fato há um ingresso ou retorno significativo ao mercado de trabalho dado as sucessivas defesas do governo federal quanto às defasagens de força de trabalho qualificada no país. Contudo, conforme pontuei anteriormente, não há dados oficiais a respeito.

Em síntese, retomando o que coloquei anteriormente, a educação precisa retomar o seu caráter público e de vinculação ao Estado. Mesmo reconhecendo os avanços do PRONATEC, é preciso desvincular a formação de níveis técnico e profissionalizante com o trabalho simples, que em suma resulta aos trabalhadores uma formação aligeirada demonstrando muitas vezes seu caráter precário e meramente estatístico, o que subsidia ainda mais a mercantilização da educação. Também se faz presente repensar as demandas dessa formação em função das necessidades da classe trabalhadora e não simplesmente das

necessidades da produção capitalista e do setor empresarial. Essa formação deveria estar pautada na construção de cidadãos conscientes, autônomos, que compreendam sua função social e suas potencialidades dentro da sociedade, questionando por sua vez a hegemonia das diretrizes do pensamento único, que na educação resultam na pedagogia das competências e na meritocracia. Precedendo essa formação profissionalizante e técnica, a educação básica precisa passar por grandes transformações, no que tange primeiramente também na retomada de seu caráter público, gratuito e de qualidade, onde o Estado deveria ser unicamente e estritamente seu mantedor, essa formação de qualidade seria nos moldes ao menos próximos daqueles definidos por Gramsci como a escola unitária, de caráter humanístico-científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho se deu a partir do interesse em estudar políticas públicas e bem como a relação entre trabalho e educação. O PRONATEC foi escolhido dada a grande repercussão do Programa desde 2011 quando foi implementado pelo governo federal na gestão de Dilma Rousseff. Considerando a temporalidade do PRONATEC, existiam relativamente poucas pesquisas na área, sendo que a partir dessa pesquisa se relatou que em sua maioria era sistêmica a crítica ao mesmo. Por outro lado, os documentos oficiais tentavam construir o consenso da necessidade do mesmo. A partir disso, foi um grande desafio tratar dessa questão.

Idealizando por uma perspectiva marxista, se fez necessário traçar a partir de um exercício de síntese, uma série de questões pertinentes a relação entre trabalho e educação no âmbito geral. Para tal, iniciei tratando de uma discussão teórica acerca de duas questões estritamente pertinentes, contexto o qual se encontra o mundo do trabalho dentro da globalização neoliberal das últimas décadas e o contexto educacional em especial as políticas públicas de maneira geral, mas também relacionando educação profissional e tecnológica.

Se tratando do mundo do trabalho, o que pude contemplar com essa pesquisa, e que por sinal, já havia me questionando anteriormente, é a precarização de modo geral das relações de trabalho. O suave respiro de alívio da classe trabalhadora com significativas melhoras nas condições de trabalho e direitos sociais de modo geral no pós-guerra, foi suplantado pelas diretrizes neoliberais que por volta dos anos 1970 impuseram uma política de capitulação de conquistas sociais em prol da maximização dos lucros para o capital. A complexidade é algo estrondoso do ponto de vista concreto ao ponto de vista abstrato ou psicológico, a precarização é materializada desde processos de arrochos salariais, desemprego sistêmico, corte em aposentadorias, subcontratações, terceirizações, desmantelamento de entidades de classes, passando pelo temor da lógica da produtividade excessiva pautada nas competências individuais, dentre outras situações.

No plano educacional, o que se observou é que as políticas sociais voltadas à educação estiveram historicamente

relacionadas ao modelo de produção a qual estamos inseridos. Durante a Ditadura civil-militar (1964-1985) a subpriorização da educação pública fez com que o setor privado expandisse de maneira ampla o ensino em quase todos os seus níveis, educação básica, profissionalizante, técnico e superior. A Lei n. 5.692/71 tornou de maneira arbitrária o ensino de 2º Grau profissionalizante, hoje denominado ensino médio, essa política tinha como objetivo encaminhar após a conclusão do curso os sujeitos ao mercado de trabalho, o que na prática se mostrou uma política excludente em função de que a maioria desses jovens não davam continuidade aos estudos no ensino superior pela proposta de priorização do mercado de trabalho em contraponto ao ingresso no ensino superior.

Após a Ditadura, o que prevaleceu foi à conciliação conservadora das forças dominantes (FERNANDES, 1986). Os governos da sexta república brasileira dos anos 80 e 90 do século XX mantiveram de outras formas a continuidade de subpriorização do ensino público. As considerações da era global, da pedagogia das competências e das novas necessidades do mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo passaram em grande parte a redigir as diretrizes educacionais. A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos em 1990 na Tailândia marcou a inserção da educação brasileira nessa era global. O Programa traçado na Conferência propunha a erradicação do analfabetismo e universalização da educação básica, que compunha apenas o ensino fundamental, excluindo de maneira arbitrária o ensino médio nessas propostas. Mais de duas décadas se passaram, o ensino fundamental foi considerado universalizado, porém, embora tenha ocorrido à diminuição da taxa de analfabetismo, ele permanece. A LDB de 1996 em seu texto original manteve em certa parte, a manutenção dessa realidade, tendo poucos avanços em diversas questões. A educação profissional e tecnológica pública continuou não tendo perspectiva de rompimento com a lógica de precarização até início dos anos 2000, o que se demonstrou foi à contensão da expansão da Rede Federal de EPT com a lógica da continuidade do predomínio do setor privado nessa questão.

Foi apenas a partir do governo de Lula da Silva (2003-2010) e posteriormente no governo também da petista Dilma Rousseff (2011 - 2016), que houve uma mudança considerável

nessa lógica de subpriorização da educação pública. Durante seu governo houve a reestruturação da Rede Federal de EPT, com importantes investimentos didático-financeiros, contando com uma ampliada expansão dos campi e de interiorização e reformas dos existentes, além de inúmeras contratações do corpo funcional, criação de novos cursos, ampliação de vagas, etc. Essa preocupação com a reestruturação da Rede Federal de EPT esteve fortemente vinculada ao projeto denominado nos capítulos anteriores de novo-desenvolvimentismo.

Em virtude dos fatos mencionados ao decorrer desse trabalho e mais precisamente no último capítulo, concebo o PRONATEC no plano institucional como uma política social compensatória, ele que é o maior Programa da história do Brasil de acesso ao ensino técnico e profissional, por um lado, pretende responder as demandas dos setores produtivos, e por outro, incluir frações da classe trabalhadora como estudantes de escolas públicas, trabalhadores do campo e da cidade, desempregados, dentre outros, oportunizando o ingresso ou reingresso ao mercado de trabalho, democratizando o acesso ao ensino profissional e tecnológico.

Contudo, conforme coloquei no último capítulo, o PRONATEC é contraditório quanto a uma série de questões. Podemos tirar como exemplos a falta de dados oficiais quanto ao ingresso e reingresso ao mercado de trabalho dos sujeitos formados pelo Programa na referida área de formação, a contribuição para a reafirmação das demandas capitalistas do mercado de trabalho que toma como princípio a acumulação capitalista, o financiamento explícito da educação privada por meio do auxílio didático-financeiro do governo federal as escolas privadas e o Sistema S, bem como a compra de vagas, que em resultados reais acaba por compor a maior parte do investimento no mesmo, o que coloca a mercantilização frente à formação.

Tendo em vista essas questões, o que permanece em possibilidade concreta, mesmo com todas as contradições existentes no Programa, é a alteração substancial do cenário de vida dos sujeitos formados pelo PRONATEC. A crítica é persistente e inacabada, a educação deveria ser pública, gratuita e de qualidade, mantida pelo Estado, construída democraticamente a partir dos anseios da classe trabalhadora, pautada na construção de sujeitos autônomos, cidadãos, que atuem criticamente, longe

da lógica de mercantilização da educação, amparada por um projeto de nação autônomo, autossuficiente, cidadão e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal - precarização do trabalho e redundância salarial**. Florianópolis, Revista Katál, v.12, n.2, jul./dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14ª. ed, São Paulo: Cortez, 2010.

BOITO JÚNIOR. Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, Fórum Econômico da FGV, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.

_____. **Manual de Orientação do FUNDEF**. Ministério da Educação. Maio de 2004.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, 2009.

_____. **LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Presidência da República, 2011.

_____. **Manual de Gestão da Bolsa-Formação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Ministério da Educação, 2011.

BRASIL. **Pronatec terá 2 milhões de matrículas em 2016**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/03/pronatec-tera-2-milhoes-de-matriculas-em-2016>. Acesso em: 22 de jun de 2016.

BRANDÃO, Marisa. **Educação profissional e ensino superior: do governo FHC ao governo Lula.** Cadernos Cemarx, nº 6, 2009.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional.** Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

DIEESE. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho : reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** São Paulo : DIEESE, 2011.

DUARTE, Newton. **Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista.** Pro-posições, Campinas, v. 21, n. 1 (61), p. 75-87, jan./abr. 2010.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O discurso de Lula no Congresso Nacional.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

_____. **Vitrine de Dilma, Pronatec terá orçamento 65% menor em 2016.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1733938-vitrine-de-dilma-pronatec-tera-orcamento-65-menor-em-2016.shtml>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação e trabalho: base para debater a educação profissional emancipadora.** Florianópolis: Perspectiva, v.19, n.1, jan/jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. **Educação profissional e desenvolvimento.** UNESCO, 2006. Disponível em: <
http://www.educacao.rs.gov.br/pse/binary/down_sem/DownloadServlet?arquivo=textos/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 3 de junho de 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação para e pela cidadania.** In: **Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável.** Henrique Rattner (org.). São Paulo: Editora da USP, 2000.

GAZETA DO POVO. **Terceirizados e mais vulneráveis. O Brasil nas mãos de terceiros.** Disponível em:
<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/acidentes-de-trabalho-no-brasil/terceirizados-e-mais-vulneraveis.jpp>. Acesso em 2 de abril de 2016.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania renegada - políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Campinas: Cadernos Cedes, ano XXI, n.55, nov de 2011.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese. Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2014.** Disponível em:

<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em 09 de abril de 2016.

JINKINGS, Nise. **As formas de dominação do trabalho na reestruturação produtiva contemporânea.** IV Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul – Na Contracorrente da Universidade Operacional. Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Trabalho_e_educacao/Mesa_Redonda/01_16_08_m48-19.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2016.

LEHER, Roberto. **Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas.** Revista da ADUEL. Londrina: Sindiprol, setembro de 2003.

LIBÂNEO. José Carlos. **Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas.** Campinas: Revista HISTEDBR, n.32, dez de 2008.

LIEDKE, Elida Rubini. **Mercado de trabalho e formação profissional.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Nº 4, Jan/Fev/Mar/Abr 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2002.

MACIEL, Samanta Lopes; FERREIRA, Ana Paula Ribeiro; LIMA, Marcelo; SILVA, Maria Izabel Costa da. **A atual política nacional de educação profissional: análise crítica do PRONATEC.** Anais do III Colóquio Nacional - A produção do conhecimento em educação profissional: Plano Nacional de Educação (2014-2024). Natal, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. São Paulo, Martin Claret, 2011, 10ª reimpressão.

MARX, Karl. **O Capital - crítica da economia política, primeiro livro**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pronatec- EJA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/pronatec-eja>. Acesso em: 22 de jun de 2016.

MONTENEGRO, David Moreno. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise: precarização do trabalho e informalidade no Brasil**. São Luís, III Jornada Internacional de Políticas Públicas, agosto de 2007.

NÁDER, Fernanda Milne-Jones; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de. **Empregabilidade: Uma Análise Histórica e Crítica**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 22 a 26 de set de 2007.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do. **PRONATEC e o mundo do trabalho: qualificação profissional para o mercado da informalidade?** Fortaleza: Revista Labor, nº 13, v.1, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 2005, 4ª ed.

_____. (org). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado.** Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

PAIVA, Vanilda. **Sobre o conceito de “capital humano”.** Cadernos de pesquisa, n 113, p.185- 191, julho 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a10n113.pdf>. Acesso em: jun. de 2016.

PARANHOS, Michele Pinto. **A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especialidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário educacional em função da (des)qualificação do trabalho.** B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago. 2010.

PARANHOS, Mônica da Silva. **A formação do trabalhador polivalente.** UFRJ, IPEA - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

REVISTA FÓRUM. **Ricardo Antunes: Terceirização é a escravidão do século 21.** Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/ricardo-antunes/>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

RIBEIRO, Jorge. **PRONATEC diante da inclusão excludente e da privatização da formação.** Porto Alegre: Revista textual, maio de 2014.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollamann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional.** UFPR. IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Maurício Ivan dos; RODRIGUES, Romir de Oliveira. **Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Canoas: Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v1, nº2, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto suficiente**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 2000.

SENAC. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - resultados e desafios**. B. Téc. Senac, Rio de Janeiro, v.40, n.3, p.128-135, set./ez.. 2014.

SEVES, Natalia Cabau. **Capitalismo monopolista no Brasil: a implantação do novo padrão de acumulação do capital e a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina – “Revoluções nas Américas: Passado, presente e futuro. GT 4. Imperialismo, nacionalismo e militarismo na América Latina. 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Danilma de Medeiros. **O PRONATEC e a proposta de atuação na EJA: que concepção de educação é expressa nos documentos do programa?** Campina Grande: Realize editora, Anais CINTEDI, v.1, n.1, 2014.

SOUZA JUNIOR, Justino. **A política educacional brasileira de 2003 a 2010 e a proposta da integração do ensino médio ao profissional**. ANPAE, III Congresso Ibero Americano de Política

e Administração da Educação, Zaragoza, Espanha, novembro de 2012.

SOUZA, Nícia Raies Moreira de (coord). **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2003.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WALDOW, Carmem. **As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do PRONATEC: Reflexões iniciais**. X Congresso da ANPED, Florianópolis, outubro de 2014.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação profissional no Brasil: histórico**. Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. **A relação trabalho e educação na sociedade capitalista: alguns apontamentos sobre educação profissional**. UNIOESTE, CAPES/SETEC, 2010.

ANEXO

LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a

distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei. (“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Parágrafo único. Os serviços nacionais sociais poderão participar do Pronatec por meio de ações de apoio à educação profissional e tecnológica.

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (Inciso acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013)

§ 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

§ 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.

§ 4º O financiamento previsto no inciso V poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação de trabalhadores nos termos da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nas instituições habilitadas na forma do art. 10 desta Lei.

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - de educação profissional técnica de nível médio; e (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013)

III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal. (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.863, de 24/9/2013)

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

§ 3º (VETADO na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 6º Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei.

§ 1º As transferências de recursos de que trata o caput dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o caput corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a necessidade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas. (Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades, encargos educacionais, e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço. (Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 5º O Poder Executivo disporá sobre o valor de cada bolsa-formação, considerando-se, entre outros, os eixos tecnológicos, a

modalidade do curso, a carga horária e a complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos.

§ 6º O Poder Executivo disporá sobre normas relativas ao atendimento ao aluno, às transferências e à prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Pronatec.

§ 7º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao Ministério da Educação, ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do Pronatec.

Art. 6º-A. A execução do Pronatec poderá ser realizada por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea a do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, nas formas e modalidades definidas em ato do Ministro de Estado da Educação. (“Caput” do artigo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 1º Para fins do disposto no caput, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio deverão: (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

I - aderir ao Pronatec com assinatura de termo de adesão por suas mantenedoras; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

II - habilitar-se perante o Ministério da Educação; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

III - atender aos índices de qualidade acadêmica e a outros requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; e (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

IV - garantir aos beneficiários de Bolsa-Formação acesso a sua infraestrutura educativa, recreativa, esportiva e cultural. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 2º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de ensino superior, estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos: (Parágrafo

acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

I - atuação em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no catálogo de que trata o § 2º do art. 5º; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

II - excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

III - promoção de condições de acessibilidade e de práticas educacionais inclusivas. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 3º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de educação profissional técnica de nível médio, estará condicionada ao resultado da sua avaliação, de acordo com critérios e procedimentos fixados em ato do Ministro de Estado da Educação, observada a regulação pelos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 4º Para a habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, o Ministério da Educação definirá eixos e cursos prioritários, especialmente nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 6º-B. O valor da bolsa-formação concedida na forma do art. 6º-A será definido pelo Poder Executivo e seu pagamento será realizado, por matrícula efetivada, diretamente às mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, mediante autorização do estudante e comprovação de sua matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação. (“Caput” do artigo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 1º O Ministério da Educação avaliará a eficiência, eficácia e efetividade da aplicação de recursos voltados à concessão das bolsas-formação na forma prevista no caput do art. 6º-A. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 2º As mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e das instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio disponibilizarão ao Ministério da Educação as informações sobre os beneficiários da bolsa-formação concedidas para fins da avaliação de que trata o § 1º, nos termos da legislação vigente, observado o direito à intimidade e vida privada do cidadão. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, com redação dada pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 6º-C. A denúncia do termo de adesão de que trata o inciso I do § 1º do art. 6º-A não implicará ônus para o poder público nem prejuízo para o estudante beneficiário da Bolsa- Formação Estudante, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão ao Pronatec sujeita as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio às seguintes penalidades:

I - impossibilidade de nova adesão por até 3 (três) anos e, no caso de reincidência, impossibilidade permanente de adesão, sem prejuízo para os estudantes já beneficiados; e

II - ressarcimento à União do valor corrigido das Bolsas-Formação Estudante concedidas indevidamente, retroativamente à data da infração, sem prejuízo do previsto no inciso I. (Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 6º-D. As normas gerais de execução do Pronatec por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea a do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, que deverá prever:

I - normas relativas ao atendimento ao aluno;

II - obrigações dos estudantes e das instituições;

III - regras para seleção de estudantes, inclusive mediante a fixação de critérios de renda, e de adesão das instituições mantenedoras;

IV - forma e condições para a concessão das bolsas, comprovação da oferta pelas instituições e participação dos estudantes nos cursos;

V - normas de transferência de curso ou instituição, suspensão temporária ou permanente da matrícula do estudante;

VI - exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino, aferidas por sistema de avaliação nacional e indicadores específicos da educação profissional, observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 6º-A;

VII - mecanismo de monitoramento e acompanhamento das bolsas concedidas pelas instituições, do atendimento dos beneficiários em relação ao seu desempenho acadêmico e outros requisitos; e

VIII - normas de transparência, publicidade e divulgação relativas à concessão das Bolsas-Formação Estudante. (Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 7º O Ministério da Educação, diretamente ou por meio de suas entidades vinculadas, disponibilizará recursos às instituições de educação profissional e tecnológica da rede pública federal para permitir o atendimento aos alunos matriculados em cada instituição no âmbito do Pronatec.

Parágrafo único. Aplica-se ao caput o disposto nos §§ 1º a 7º do art. 6º, no que couber.

Art. 8º O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá critérios mínimos de qualidade para que as entidades privadas a que se refere o caput possam receber recursos financeiros do Pronatec.

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

§ 2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo.

§ 3º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Pronatec não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos.

§ 4º O Ministério da Educação poderá conceder bolsas de intercâmbio a profissionais vinculados a empresas de setores considerados estratégicos pelo governo brasileiro, que colaborem em pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas de educação profissional e tecnológica, na forma do regulamento.

Art. 10. As unidades de ensino privadas, inclusive as dos serviços nacionais de aprendizagem, ofertantes de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio que desejarem aderir ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, deverão cadastrar-se em sistema eletrônico de informações da educação profissional e tecnológica mantido pelo Ministério da Educação e solicitar sua habilitação.

Parágrafo único. A habilitação da unidade de ensino dar-se-á de acordo com critérios fixados pelo Ministério da Educação e não dispensa a necessária regulação pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 11. O Fundo de Financiamento de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a se denominar Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Art. 12. Os arts. 1º e 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.

§ 1º O financiamento de que trata o caput poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos.

.....
 § 7º A avaliação das unidades de ensino de educação profissional e tecnológica para fins de adesão ao Fies dar-se-á de acordo com critérios de qualidade e requisitos fixados pelo Ministério da Educação." (NR)

"Art. 6º

§ 1º Recebida a ação de execução e antes de receber os embargos, o juiz designará audiência preliminar de conciliação, a realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 2º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 3º Não efetuada a conciliação, terá prosseguimento o processo de execução." (NR)

Art. 13. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 5º-B, 6º-C, 6º-D e 6º-E:

"Art. 5º-B O financiamento da educação profissional e tecnológica poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação profissional e tecnológica de trabalhadores.

§ 1º Na modalidade denominada Fies-Empresa, a empresa figurará como tomadora do financiamento, responsabilizando-se integralmente pelos pagamentos perante o Fies, inclusive os juros incidentes, até o limite do valor contratado.

§ 2º No Fies-Empresa, poderão ser pagos com recursos do Fies exclusivamente cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio.

§ 3º A empresa tomadora do financiamento poderá ser garantida por fundo de garantia de operações, nos termos do inciso I do caput do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 4º Regulamento disporá sobre os requisitos, condições e demais normas para contratação do financiamento de que trata este artigo."

"Art. 6º-C No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 10% (dez por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer que lhe seja admitido pagar o restante em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Sendo a proposta deferida pelo juiz, o exequente levantará a quantia depositada e serão suspensos os atos executivos; caso indeferida, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito.

§ 3º O inadimplemento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subseqüentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedada a oposição de embargos."

"Art. 6º-D Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante tomador do financiamento, devidamente comprovados, na forma da legislação pertinente, o saldo devedor será absorvido conjuntamente pelo Fies e pela instituição de ensino."

"Art. 6º-E O percentual do saldo devedor de que tratam o caput do art. 6º e o art. 6º-D, a ser absorvido pela instituição de ensino, será equivalente ao percentual do risco de financiamento assumido na forma do inciso VI do caput do art. 5º, cabendo ao Fies a absorção do valor restante."

Art. 14. Os arts. 3º, 8º e 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 3º
.....

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários.

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador." (NR)

"Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I - pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou

IV - por morte do segurado.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento." (NR)

"Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.

....." (NR)

Art. 15. O art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 28.

.....

§ 9º

.....

t) o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e:

1. não seja utilizado em substituição de parcela salarial; e
2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário-de-contribuição, o que for maior;

....." (NR)

Art. 16. Os arts. 15 e 16 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. É instituído o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, destinado aos estudantes de educação superior, prioritariamente com idade inferior a 29 (vinte e nove) anos, e aos trabalhadores da área da saúde, visando à vivência, ao estágio da área da saúde, à educação profissional técnica de nível médio, ao aperfeiçoamento e à especialização em área profissional, como estratégias para o provimento e a fixação de profissionais em programas, projetos, ações e atividades e em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde.

....." (NR)

"Art. 16.

.....

V - Orientador de Serviço; e

VI - Trabalhador-Estudante.

.....

§ 4º As bolsas relativas à modalidade referida no inciso VI terão seus valores fixados pelo Ministério da Saúde, respeitados os níveis de escolaridade mínima requerida." (NR)

Art. 17. É criado o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, com a atribuição de promover a articulação e avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, cuja composição, competências e funcionamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 18. Compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de educação profissional realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento. (Artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 19. As despesas com a execução das ações do Pronatec correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos e entidades, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso VI do art. 6º-D desta Lei. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 1º As instituições de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 2º A criação de instituições de educação superior pelos serviços nacionais de aprendizagem será condicionada à aprovação do Ministério da Educação, por meio de processo de credenciamento. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 3º As instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para:

I - criação de cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial;

II - alteração do número de vagas ofertadas nos cursos superiores de tecnologia;

III - criação de unidades vinculadas, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação; e

IV - registro de diplomas. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 4º O exercício das prerrogativas previstas no § 3º dependerá de autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 20-A. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados. (Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 593, de 5/12/2012, com redação dada pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no inciso IX do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 606, de 18/2/2013, com redação dada pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 1º A supervisão e a avaliação dos cursos serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

§ 2º A criação de novos cursos deverá ser comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que poderão, a qualquer tempo, pronunciar-se sobre eventual descumprimento de requisitos necessários para a oferta dos cursos. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.816, de 5/6/2013)

Art. 20-C (VETADO na Lei nº 12.837, de 9/7/2013)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 26 de outubro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Fernando Haddad

Carlos Lupi

Miriam Belchior

Tereza Campello